

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL N° 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA



A LUTA PELA TERRA
SONHOS, CONFLITOS E CONTRADIÇÕES
Assentamento Rio das Pedras, Uberlândia, MG – 1997/2004

ELISÂNGELA MAGELA OLIVEIRA

ELISÂNGELA MAGELA OLIVEIRA

A LUTA PELA TERRA
SONHOS, CONFLITOS E CONTRADIÇÕES
Assentamento Rio das Pedras, Uberlândia, MG - 1997/2004

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharel em História.
Orientador: Prof. Dr. Antônio de Almeida.

Fátima,
Obrigada pelas
significativas sugestões.
Elas estão presentes
na revisão do texto.
Um grande abraço,
Elisângela
agosto/2004.

UBERLÂNDIA, JULHO – 2004

ELISÂNGELA MAGELA OLIVEIRA

A LUTA PELA TERRA
SONHOS, CONFLITOS E CONTRADIÇÕES
Assentamento Rio das Pedras, Uberlândia, MG - 1997/2004

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antônio de Almeida,(Orientador)-UFU.

Prof. Ms. João Francisco Natal Greco-FUCAMP.

Prof^ª. Dr^ª. Maria de Fátima R. de Almeida-UFU.

DEDICATÓRIA

*Aos meus pais,
com amor.*

AGRADECIMENTOS

Do dicionário Houaiss, Orientador: Profissional que orienta o aluno visando ao desenvolvimento integral e harmonioso de sua personalidade, aconselhando-o nos rumos que deve seguir, segundo suas aptidões, motivações...

Durante a minha graduação e também no decorrer da elaboração de minha monografia, tive a sorte de ter como orientador o professor Antônio de Almeida, pessoa que define, assim como o dicionário, o que é um orientador. A você Antônio, o meu sincero agradecimento.

AGRADEÇO TAMBÉM...

À Universidade Federal de Uberlândia,

*Aos professores do Instituto de História, de modo especial ao
Newton Dângelo e a Maria de Fátima Ramos de Almeida, profissionais
com os quais pude contar em diferentes momentos ao longo da graduação,*

*Aos moradores da Fazenda Rio das Pedras, em nome de Juariez de Souza, seu
representante, por colaborarem com a construção deste trabalho,*

*Aos meus preciosos irmãos (a) José Geraldo, Ronaldo, Elismar e Romes, pelo infinito
apoio e afeto contínuo, em particular ao Gegê, com quem compartilhei tantas idéias,
A Maria Calacira de Jesus, 'grande vizinha', pela doçura e chamego de todos os momentos,
Ao João Natal Greco, além de grande incentivador, importante interlocutor no decorrer da
produção deste trabalho,*

*Ao Hélio César Sousa Lima, pela enorme ajuda, ao ceder gentilmente o seu computador,
Ao eterno Douglas Henrique Reis, pelos bons conselhos e irreverente e duradoura amizade,
A Floriana Silva, a quem muito estimo, pela imprescindível e oportuna ajuda depositada,
A Edna, Maria Cláudia, Jacqueline, Susiane e ao Elmiro, Tadeu, Rafael e Adalberto, pela
agradável companhia no aprendizado e pelos divertidos momentos ao longo do curso,
Ao André Almeida e ao Gilson Remaclo, pela precisão com que mantiveram o Laboratório
de Informática e pela alegria com que sempre me receberam,*

*Ao João Batista e ao Gaspar Belchior, pela valiosa atenção sempre pronta a ser concedida,
Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pelo financiamento.
E, finalmente, o mais importante; agradeço aos meus adoráveis pais: Glória e Geraldo,
que contribuíram, primeiro, para que eu existisse, segundo, para que fosse feliz.*

A vocês, o meu mais especial agradecimento.

A "Deus", pela razão de ser.

A coisa mais importante
é não parar de se questionar.

Albert Einstein.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO I – REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL: OS LIMITES DAS PROPOSTAS OFICIAIS.	
1.1 – A estrutura agrária do Brasil.....	30
1.2 – As ocupações de terra hoje no Brasil.....	32
1.3 – A discussão acerca da questão agrária no Brasil.....	36
1.4 – O primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária.....	40
1.5 – O primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República.....	42
1.6 – Os impasses da Reforma Agrária no Brasil.....	43
1.7 – A opção pela ocupação de terra.....	50
CAPÍTULO II – ASSENTAMENTO RIO DAS PEDRAS: ENTRE OUSADIAS E DESAFIOS.	
2.1 – As ocupações de terra no Brasil.....	52
2.2 – Os assassinatos em confrontos pela terra.....	55
2.3 – O processo de ocupação da fazenda Rio das Pedras.....	58
2.4 – As mudanças na denominação do Movimento.....	61
2.5 – A organização do assentamento.....	69
2.6 – A assistência técnica do governo ao assentados.....	71
2.7 – O cultivo dos trabalhadores.....	72
2.8 – A comercialização da produção do assentamento.....	75
2.9 – Os principais problemas enfrentados pelos trabalhadores.....	76
2.10 – Contradições no âmbito do Movimento.....	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
O MAPA DO ASSENTAMENTO RIO DAS PEDRAS.....	88
FONTES ORAIS – ENTREVISTAS.....	89
FONTES ESCRITAS – DOCUMENTOS.....	93
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	94

RESUMO

Esta pesquisa constitui-se de um estudo sobre a trajetória histórica do assentamento Rio das Pedras, situado a 23 km de Uberlândia, em Minas Gerais, Brasil, tendo como principal objetivo investigar até que ponto o padrão de vida das famílias envolvidas obteve melhorias com a nova realidade vivenciada no assentamento. O período histórico analisado corresponde aos anos de 1997 a 2004, sendo retrocedido quando necessário. Em termos teóricos e metodológicos, a pesquisa contou com a utilização de fontes escritas diversas e entrevistas realizadas junto aos assentados. Optou-se por abordar uma bibliografia variada, abarcando parte das idéias de autores brasileiros como José Graziano da Silva, José de Souza Martins e Caio Prado Júnior, entre outros, os quais muito contribuíram para o melhor entendimento da questão agrária no Brasil. No diálogo com as teorias históricas, Marc Bloch, Lucien Febvre, Jacques Le Goff, Eric Hobsbawm, Eduard Pawmer Thompson, Edward Hallet Carr, Josep Fontana, Lynn Hunt, Peter Burke, Pierre Bourdieu, Raphael Samuel, Alessandro Portelli e Maria do Pilar Vieira, entre outros, deixaram aqui as suas contribuições. Constituído de 87 famílias, a oficialização daquele assentamento ocorreu em outubro de 1997, momento em que o Tribunal de Alçada, em Belo Horizonte, suspendeu a Ação de Reintegração de Posse contra o Movimento de Luta Pela Terra (MLT), realizada por Josias de Freitas, proprietário da fazenda, permitindo a permanência das famílias no local. Passado o período de acampamento, os trabalhadores começaram a viver uma nova realidade, porém não muito diferente da anterior. Com a falta de recursos e ausência de conhecimentos sobre o manejo e técnicas de cultivo da terra, a maioria dos trabalhadores se vê na difícil condição de camponeses inexperientes com relação à atividade escolhida. Além dos financiamentos que, naturalmente, têm de ser pagos pela terra, os assentados convivem com a demora na instalação da infra-estrutura na fazenda: saneamento básico e energia elétrica. Neste sentido, a produção, que deveria ser o segundo passo para se obter melhorias nas condições de vida dos trabalhadores assentados, passa a sofrer sérias consequências, fazendo com que uma pequena parte do total de trabalhadores consiga produzir para o próprio sustento, além de gerar algum excedente para o mercado informal. Fatos como estes levam a pensar no modo como a 'Reforma Agrária' está sendo conduzida no Brasil e se não está no momento de redefini-la.

Palavras-chave: Terra, Trabalho, Movimentos Sociais.

INTRODUÇÃO

A busca pela felicidade sempre foi e, quem sabe sempre será, a maior motivação do homem rumo aos seus objetivos. É um sentimento que surge através da realização de interesses diversos, conforme cada indivíduo. Para algumas pessoas, felicidade é ser independente economicamente, possuir poder para realizar o que desejam; para outras é ter prestígio, serem admiradas por muitos, tanto pelo seu intelecto como pela pessoa que são, é serem reconhecidas pelo seu esforço. Há também aquelas pessoas que são felizes pelo simples mas importante fato de serem fisicamente perfeitas, poderem trabalhar com afinco, mesmo que seus esforços executados não lhes tragam os resultados desejados ou da forma como gostariam que fosse.

Existe ainda o tipo de pessoa que tem uma forma especial de encarar a vida e por mais difícil que ela esteja, isso nunca é um motivo para deixar de sonhar e ao mesmo tempo exigir seus direitos enquanto ser humano. O fato é que, independente de seus objetivos, suas visões de mundo, suas religiões, posições políticas, sociais, econômicas, os indivíduos desejam, à maneira de cada um, ser felizes. E todos têm esse direito.

O problema surge quando, para alguns indivíduos, a felicidade tem como forma a satisfação de uma *vaidade* desenfreada, que se coloca acima dos direitos de outros sujeitos sociais. Trata-se de um sentimento que pode ser manifestado por vários indivíduos, motivado por interesses os mais variados possíveis.

Neste sentido, se por um lado, a vaidade nos faz crescer, por outro, ela pode se transformar em uma enorme fonte de conflitos sociais quando os sujeitos não a conseguem controlar, esquecendo-se de que vivem em sociedade. É o que acontece quando, muitas vezes, para satisfazer sua vaidade exacerbada, certos indivíduos necessitam concentrar em seu poder uma grande quantidade de bens materiais necessários à vida de muitos outros sujeitos, mas que para aqueles indivíduos significa apenas uma maneira de acumular valor e poder.

Um dos desdobramentos desta concentração de poder constitui então o foco de atenção deste trabalho. Apesar de sua grande extensão territorial, o Brasil, com seus 850

milhões de hectares, possui a maior parte de suas *terras*, distribuídas em 50 mil latifúndios¹, concentrada nas mãos de alguns poucos proprietários.

Qual a importância de um estudo sobre a Reforma Agrária no Brasil? Ou melhor, por que é importante pesquisar acerca de uma das várias realidades implementadas pela pressão dos movimentos sociais de trabalhadores sobre o latifúndio e em favor da Reforma Agrária? Um estudo como esse é importante na medida em que analisa as ações de indivíduos, trabalhadores e latifundiários, que exercem influências, diretas ou indiretas, nos rumos da economia e da sociedade.

A questão das ocupações de terra tanto quanto a existência do latifúndio no Brasil dizem respeito à vida em sociedade, portanto deve ser uma preocupação de todos nós. Um tema que envolve a sociedade é algo que envolve a todos, se é um problema do Estado, logo, é um problema nosso. Uma pesquisa sobre uma das diferentes realidades implementadas pela pressão dos trabalhadores sobre o Estado, é fundamentalmente importante porque atrás do latifúndio, atrás dos ocupantes, estamos nós. Somos todos nós que, independente de classe social, pagamos o preço pela vitória ou pelo fracasso de uma Reforma Agrária há muito esperada pelos trabalhadores sem terra.

A compreensão do modo como a 'reforma' na estrutura agrária do país está ocorrendo, ainda que se estenda para a análise de apenas *uma* das várias realidades implementadas por ela, ajuda ainda compreendermos até que ponto seus efeitos são vantajosos aos trabalhadores sem terra e também à sociedade como um todo.

Algumas vantagens de uma melhor repartição da estrutura agrária do país, para a sociedade, se manifestam, entre outras formas, em um índice menor de desemprego no meio urbano. Somado a isto, possibilita uma redução na demanda por serviços públicos, como por exemplo, a saúde e a educação, duas esferas sociais em que os investimentos públicos, quase sempre, são muito precários e na maioria das vezes insuficientes para atender à população, fato que ocorre frequentemente nos centros urbanos, englobando tanto as pequenas, as médias, como as grandes cidades.

¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso: abr., 2003.

Em outro sentido, possibilitar o acesso à terra a pessoas que, por motivos diversos, que vão desde as diferenças nos hábitos culturais, por opção ou, como tem sido a maioria dos casos, pela falta de oportunidades de emprego nas cidades, vão morar no campo, significa oferecer um caminho talvez possível para a permanência daquelas pessoas no meio rural, e quem sabe assim, um meio de começar uma vida diferente, baseada no trabalho realizado em sua própria terra.

O objeto de investigação deste trabalho não constitui, porém, um fato histórico pronto e acabado, visto que o desenrolar da história possui infinitos e distintos caminhos a serem trilhados, deste modo, o mesmo objeto desta pesquisa pode ser visto e analisado por óticas diferentes de outros pesquisadores que, por sua vez, obterão conclusões distintas, mesmo porque o conhecimento histórico é “pela sua natureza, provisório e incompleto (mas não, por isso, inverídico), seletivo (mas não, por isso, inverídico), limitado e definido pelas perguntas feitas à evidência e os conceitos que informam essas perguntas, e, portanto, só verdadeiros dentro do campo assim definido”², devendo portanto estar aberto a todas as novas possibilidades que surgirem para seu enriquecimento, como bem observou Thompson.

Neste sentido, surgiu o interesse em ler e estudar mais sobre aqueles indivíduos, trabalhadores e latifundiários, envolvidos na questão da terra no Brasil. É a partir de suas aflições atuais que os homens se movem em direção aos seus interesses e através de erros e acertos perseguem seus objetivos, tanto alterando como sendo também influenciados pelos rumos dos acontecimentos históricos. E é partindo destes contratempos imediatos, da busca por soluções para seus problemas diários, ocorridos na vida de todos os indivíduos em sociedade, que este trabalho aborda o tema das ocupações de terra no Brasil.

Para tanto, um conjunto de trabalhadores assentados na fazenda Rio das Pedras, desde 1997, em Uberlândia, estado de Minas Gerais, foi escolhido para o estudo. O recorte histórico analisado compreende o período que vai de 1997, momento em que as 170 famílias de trabalhadores ocuparam a fazenda Rio das Pedras, a 2004, ano em que as principais transformações ocorridas no assentamento, desde a sua formação, são mais

² THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Trad. Waltencir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 34.

claramente observadas. Esse período, porém, não constitui uma delimitação estática, intransponível, de modo que, se houver necessidade, momentos anteriores a estes serão resgatados, visando ao melhor proveito para a compreensão do objeto analisado.

E tal qual o recorte temporal, o espacial também não constitui uma fixa delimitação, mas antes uma orientação à pesquisa, de modo que será remetido ao contexto mais geral da sociedade, da qual faz parte, tanto recebendo influências, quanto influenciando transformações no contexto histórico como um todo. Ainda mais porque:

(...) a delimitação espacial, a exemplo dos marcos temporais e da própria escolha do tema, deve ser entendida como medida aleatória, ainda que necessária, não podendo, portanto, conduzir o pesquisador a perder a dimensão do todo. E isso, não significa estar à procura de explicações generalizantes, a partir do objeto enfocado e nem da formulação de teorias definitivas, o que seria recorrer ao que Foucault denunciou como 'discursos englobantes' que, sedimentados numa 'unidade abstrata da teoria', atua, centralizada e coercitivamente, a partir 'de um discurso teórico, unitário, formal e científico'. (...) Trata-se, portanto, de reconhecer que a realidade não se encontra compartimentada em blocos isolados ou independentes e que, na medida em que os acontecimentos se entrelaçam, espalhando-se por todo tecido social, também o objeto deve ser explorado a partir das suas múltiplas dimensões³.

Neste sentido, a presente pesquisa parte do texto para o contexto, evitando o equívoco de estudar a realidade do assentamento de forma compartimentada e isolada. E a opção por este assentamento de reforma agrária, por sua vez, se deu em virtude de sua especificidade em matéria de ocupações de terra no município de Uberlândia.

Esta foi a primeira ocupação de terra na história dessa cidade, que possui como lema o seu caráter desenvolvimentista, e onde o 'progresso' se propõe a marca predominante, mas que ao mesmo tempo porta-se de forma fundamentalmente conservadora e na realidade concreta os frutos do seu suposto progresso não chega a todos. Sendo assim, uma vez que o 'desenvolvimento' não beneficia a todos, de maneira homogênea, talvez não possa ser então considerado como tal.

Este trabalho estuda, portanto, as ações e opções de um conjunto de trabalhadores sem terra para compreender a formação histórica e política do Assentamento Rio das

³ ALMEIDA, Antônio de. *Lutas, Organização Coletiva e Cotidiano: cultura e política dos trabalhadores no ABC Paulista 1930-1980*. Tese de doutorado em História Social apresentada a FFLCH/USP. São Paulo, 1996. pp. 13-14.

Pedras, situado no município de Uberlândia, em Minas Gerais, hoje, ligado ao Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL). Em linhas gerais, o objetivo central da pesquisa é saber até que ponto a nova realidade daquelas famílias de trabalhadores, enquanto assentados, possibilitou-lhes melhores condições de vida.

Responder se a situação econômica das famílias assentadas lhes possibilitou um estilo de vida melhor, se o assentamento trouxe o retorno desejado em termos de sua vida material, financeira, afinal de contas estes são os principais anseios não apenas dos trabalhadores assentados naquela fazenda, mas de todos os trabalhadores sem terra no país.

Como uma questão leva a outra, é também interesse deste estudo conhecer como vivem e qual a postura daqueles trabalhadores acerca de sua condição social, bem como suas opiniões sobre a reforma agrária, levando em consideração o fato de que são eles os próprios agentes do movimento social de reivindicação de terra no Brasil.

Por outro lado, importa saber também qual é o sentido social e político do Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL), ao qual está ligado, hoje, o assentamento Rio das Pedras. Nesta direção, procuramos responder como o Movimento atua para fornecer ajuda aos trabalhadores? Quanto de benefícios e formação política essa Organização consegue levar aos trabalhadores assentados? Enfim, o estudo persegue respostas a estas perguntas para, acima de tudo, tentar esclarecer se de fato a 'Reforma Agrária' mudou, para melhor, a vida daquelas pessoas.

A intenção foi trazer à tona, experiências sociais de agentes históricos que constituíram a cena cultural e política da fazenda Rio das Pedras, no período em questão. Indivíduos que, através de alternativas disponíveis, adotaram estratégias, manifestaram atitudes e comportamentos em torno de um fim último - o acesso à terra e aos meios para nela permanecer-, construindo assim uma identidade cultural e política sobre a qual puderam organizar seus interesses e objetivos.

A pesquisa busca saber quem são, como vivem e qual a postura destes trabalhadores sobre sua condição social, no sentido de marcar sua posição como sujeitos do processo de reivindicação de terra em Uberlândia, além de responder também quais são seus sonhos,

aspirações e utopias, quais foram os fatores motivadores que os levaram a ocupação de terra.

Em termos teóricos e metodológicos, a pesquisa utiliza fontes diversas e os pressupostos teóricos aqui presentes procuram extrair o que há de mais enriquecedor para o trabalho de pesquisa e para a problematização da realidade analisada, não se concentrando portanto em uma ou outra teoria em específico.

No diálogo com a bibliografia, as idéias e proposições de José Graziano da Silva, de José de Souza Martins e de Caio Prado Júnior são aqui muito bem vindas, não somente pelo fato de se referirem direta ou indiretamente à temática onde está situado o objeto desta pesquisa mas, acima de tudo, por ajudar a compreendê-lo mais claramente.

A pesquisa utiliza documentos escritos diversificados e fontes orais, baseadas em entrevistas realizadas junto aos trabalhadores estudados. A documentação escrita constitui-se de textos oficiais, englobando Leis Federais (Constituição da República Federativa do Brasil), Estatuto acerca da propriedade privada da terra (Estatuto da Terra), e instituições governamentais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e os documentos de órgãos não governamentais como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e os documentos elaborados pelo Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL), além de jornais e revistas.

Os documentos de jornais são utilizados sob um rigoroso cuidado e análise crítica. Apesar de, na maioria das vezes, trazerem uma versão sobre os fatos que privilegie ou mesmo enalteça a ideologia de determinados grupos sociais, estas fontes não devem ser desprezadas, pois nos dão uma noção de como os diversos assuntos estão sendo veiculados pelos meios de comunicação de massa aos diversos sujeitos sociais.

Possuindo a tarefa de passar informações acerca do que ocorre no país, a linguagem jornalística que tem predominado, resguardadas algumas exceções, apresenta-se pretensamente neutra, indo diretamente aos fatos e evitando interpretar os acontecimentos.

Uma indicação disso se revela na observação de certas notícias que aparecem de forma detalhada, em um maior intervalo de tempo no jornal televisivo, enquanto outras são

deixadas à margem ou são rapidamente mencionadas. Até mesmo porque, semelhante ao ofício do historiador, a ‘escolha’ ou ‘seleção’ do que é mais importante para ser noticiado pelo jornalista carrega as marcas de quem faz a seleção. Se observarmos bem, em muitas matérias de jornal, podemos até mesmo perceber o fim a que se destinam. Para alguns jornais há até a separação entre os fatos que devem ser trabalhados de forma sensacionalista e os que não.

Direcionando para o objeto deste estudo, observamos que é comum depararmos com notícias referindo-se ao número de ocupações (para alguns jornais, ‘invasões’) que ocorreram em um certo mês, ao modo como a polícia reprimiu, se houve violência ou não, isto tudo sem, em nenhum momento, questionar o *motivo* desses fatos estar ocorrendo.

Muitas vezes, a melhor notícia para determinados jornais é aquela que consegue causar impacto no leitor e que, quase sempre, não é seguida por uma reflexão crítica mas sim por um sentimento de emoção por parte do leitor. Observamos isto quando, em certas matérias televisivas, por exemplo, tudo é ‘arranjado’ no sentido de causar comoção no expectador, visando o seu distanciamento da reflexão. Mas, apesar destes problemas, estas fontes não foram deixadas de lado.

Neste trabalho, partimos da compreensão de Bloch, quando afirma que “tudo quanto o homem diz ou escreve, tudo quanto fabrica, tudo em que toca, pode e deve informar a seu respeito”⁴. E devido à quantidade imensa de fontes documentais que, muitas das vezes, o pesquisador possui a seu dispor “umas das tarefas mais difíceis do historiador é reunir os documentos de que pensa ter necessidade”⁵, fato este que também não deixa de servir como um estímulo para a pesquisa, uma vez que suas opções de escolha acerca das fontes são amplas.

A utilização de uma documentação diversificada sobre o objeto de pesquisa é feita buscando evitar a leitura exclusivista ou de mão única que, claramente, prejudica, em muito, os resultados da pesquisa. Em outras palavras “o que normalmente devemos fazer é reunir uma ampla variedade de informações em geral fragmentárias: e para fazer isso

⁴ BLOCH, Marc. *A Observação Histórica. Introdução à História*. 4 ed. Lisboa, Europa-América, 1965. p. 61.

⁵ Idem.

precisamos (...) construir nós mesmos o quebra-cabeça, ou seja, formular como tais informações deveriam se encaixar”⁶, procedimento este que requer, sobretudo, um plano de pesquisa maleável, passível de ser modificado em vistas à melhor compreensão do objeto analisado ao longo da investigação científica.

Conforme Hobsbawm, essa forma de trabalhar o objeto de estudo põe de lado aquilo que os pesquisadores da história social mais precisam evitar, uma vez que “o historiador dos movimentos populares não pode ser um positivista antiquando”⁷, devendo, portanto, evitar que sua pesquisa se paute em uma leitura baseada apenas nas ações dos políticos, das pessoas proeminentes da sociedade e em torno dos “grandes” acontecimentos sociais, como era a prática comum da teoria tradicional da história.

Assumir a opção de abordar documentos diferenciados implica também, ao pesquisador da ciência histórica, estar aberto, flexível e apto a, quando necessário, rever pré-conceitos muitas vezes, em grande medida, já consolidados em sua postura diante dos acontecimentos, mas que prejudicam os resultados finais da pesquisa. Voltar atrás ou mudar de opinião sobre algum aspecto da realidade, muitas vezes não significa deixar de lado convicções, mas aprender a re-aprender, a crescer como indivíduo e como profissional.

Para o pesquisador da história, o difícil “é colocar-se inicialmente diante das idéias preconcebidas. Olhá-las de frente. Recorrer aos textos. E interrogá-los. (...), nunca perdendo de vista essa definição que Bloch amava – ‘a história, ciência da mutação’”.⁸ Compreender bem todas as nuances que envolvem o seu objeto de pesquisa significa ao pesquisador, antes de tudo, aceitar que a própria ciência histórica possui seu método particular, específico, e que as formas de explorar, analisar e abarcar o passado estão, igualmente, em constante transformação, tornando-se diferentes a cada geração, a cada período da história da humanidade.

E tanto quanto os modos de interpretação do passado estão eternamente se transformando e se reformulando com o tempo, o historiador também deve estar aberto a

⁶ HOBBSAWM, Eric. *Sobre História (Ensaio)*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 225.

⁷ Idem, p. 225.

⁸ FEBVRE, Lucien. *História*. Coletânea. Carlos Guilherme Mota (Org.), São Paulo: Ática, 1978, p. 161.

essa dinamicidade, precisando ainda se informar sempre acerca das novas e melhores tendências teóricas de explicação acerca dos acontecimentos passados.

Nesta direção, sobre as formas de se trabalhar a pesquisa, é importante ressaltar “que a escolha refletida das perguntas seja extremamente maleável, susceptível de enriquecer pelo caminho de uma quantidade de quesitos novos e abertas a todas as surpresas”⁹, portanto, o plano de pesquisa deve pautar em uma hipótese dinâmica e flexível às mudanças que, porventura, surgirem ao longo do processo investigativo.

Agir de modo maleável durante o trabalho de pesquisa não significa, porém, deixar a pesquisa seguir os rumos que bem lhe aprouver, ao seu bel prazer, mas aceitar certas alterações necessárias no percurso da análise, lembrando sempre que “a investigação histórica admite desde os primeiros passos que o inquérito tenha já uma direção”¹⁰, devendo portanto ser inicialmente constituída de uma hipótese, de um questionamento, dito de outro modo, a pesquisa deve ter desde o início um objetivo a ser alcançado.

Muito freqüentemente, ao selecionar as suas fontes, o pesquisador se depara com uma série de questionamentos que não são respondidos mesmo após análise da documentação. Ainda assim, é comum estes mesmos textos oferecerem indícios de onde ou em quais outros documentos ele encontrará respostas às suas indagações.

Ocorre que, “normalmente, a pessoa faz leituras muito amplas dentro de um ‘período’, antes ou durante suas pesquisas, aceitando o contexto oferecido por historiadores anteriores, mesmo que, à conclusão de seu trabalho, seja capaz de apresentar modificações a esse respeito”¹¹. Nesta direção, Thompson, falando de sua própria experiência em uma de suas pesquisas informa que se sentiu como um pára-quedista “aterissando em território desconhecido: inicialmente conhecendo apenas algumas centenas de metros ao entorno, e gradualmente estendendo minhas (suas) explorações a cada direção”¹². Aqui, durante os trabalhos de pesquisa, procurei seguir esta mesma orientação, no sentido de ‘sair’ das fontes e procurar fazer um questionamento acerca do objeto de pesquisa a partir do meu

⁹ BLOCH, Marc. A Observação Histórica. In: *Introdução à História*. p. 4 ed. Lisboa, Europa-América, 1965. p. 61.

¹⁰ Idem, p. 60.

¹¹ THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 16.

¹² Idem, p. 16.

próprio ponto de vista. E confesso que, assim como ocorreu com aquele autor, no momento da análise das fontes, percebi que “cada fonte me levava a outra, mas também cada problema levou-me a outro”¹³, o que veio, aliás, enriquecer o trabalho de investigação.

Entretanto, em que pese a importância de uma vasta documentação, o pesquisador da história precisa saber questionar as idéias inseridas em cada fonte, ainda mais porque “os textos, ou os documentos (...), mesmo os mais claros na aparência e condescendentes, só falam quando se sabe interrogá-los”¹⁴. Daí a necessidade de jamais abdicarmos do diálogo crítico com as fontes, através de sua problematização constante.

Afinal de contas “o espetáculo da investigação, com seus sucessos e os seus reveses, raramente enfastia”¹⁵. E nunca é demais frisar que trabalhar com documento histórico significa manter um constante exercício de reformulação de pontos de vista em relação à realidade observada e, algumas vezes, reformulação dos próprios conhecimentos, uma vez que a bagagem do nosso saber possui como principal característica, sua eterna dinamicidade, seja no sentido de se tornar mais clara, seja no sentido de ser reavaliada ou mesmo quando a ela somam-se novos e diferentes conhecimentos acerca da realidade.

Em sua constante investigação e busca pelo aperfeiçoamento dos métodos de análise do passado, muitos pesquisadores da ciência histórica têm revelado que esse saber possui sua própria lógica e seus métodos específicos em relação a outras ciências. Nesta perspectiva, as análises de Thompson demonstram que a “lógica histórica” constitui-se de “um método lógico de investigação adequado a materiais históricos, destinados, na medida do possível a testar hipóteses quanto à estrutura, causação, etc., e eliminar procedimentos autoconfirmadores (...)”¹⁶. Procedimentos que se auto confirmam são aqueles utilizados pela historiografia tradicional, ou positivista, em que os fatos falam por si só, bastando ao historiador, narrá-los. E desconfiar destes procedimentos significa também desconfiarmos de nossos próprios sentidos os quais, às vezes, nos enganam.

¹³ Idem. Ibid.

¹⁴ BLOCH, Marc. A Observação Histórica. In: *Introdução à História*. 4 ed. Lisboa, Europa-América, 1965. p. 60.

¹⁵ Idem, p. 66.

¹⁶ THOMPSON, E. P. *A Miséria da teoria ou um planetário de erros*. Trad. Waltencir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 49.

Por outro lado, por melhor que seja uma teoria, ela não pode ser considerada como suficiente para se alcançar o sucesso na pesquisa histórica. Além dos pressupostos teóricos, os quais cumprem papel significativo no processo de análise e investigação dos acontecimentos passados, o pesquisador também deve possuir uma boa metodologia que o ajude a superar os infinitos obstáculos surgidos durante o trabalho de pesquisa e, se possível, manter uma relação estreita com seu objeto de pesquisa, lembrando sempre que “a história se constitui de um processo contínuo de interação entre o pesquisador e seus fatos, um diálogo interminável entre o presente e o passado”¹⁷, o que implica atenção e compromissos constantes com a realidade social do momento vivenciado pelo pesquisador.

Deste modo, o historiador deve estar atento tanto ao passado quanto ao seu momento presente, *o tempo em que ele pode*, até certo ponto, mudar os rumos de sua vida e, indiretamente, da história como um todo, levando em consideração que todo indivíduo faz parte de uma coletividade social.

Estudar o passado exige do pesquisador interrogar tanto o conceito, isto é, os documentos existentes sobre aquele passado, como também as evidências presentes, observar o que está posto na realidade, que permite identificar os desdobramentos do que as fontes dizem, mesmo porque “o discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica do outro”¹⁸. Essa medida implica transpormos para a realidade tudo o que o documento nos revela. Como Fontana nos alerta, para checarmos a autenticidade de uma teoria, temos que partir da realidade, no sentido de confrontarmos realidade e teoria.¹⁹ E isso faz com que o pesquisador do passado deva, também, estar por dentro dos acontecimentos acerca do presente.

Diferentemente de certas leituras históricas, para as quais a infra-estrutura econômica é determinante em relação às demais dimensões do social, este trabalho, caminhando em outra direção, além de reconhecer a importância das relações econômicas,

¹⁷ CARR, Edward Hallet. *Que é História?* 6 ed., Trad. Lúcia Maurício de Alverga, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 29.

¹⁸ THOMPSON, E. P. *A Miséria da teoria ou um planetário de erros*. Trad. Waltencir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 49

¹⁹ FONTANA, Josep. *História depois do fim da história*. Bauru-SP: EDUSC, 1998. p. 277.

da política e suas leis, da cultura e seus desdobramentos, valorizou também a experiência daquele grupo de trabalhadores que vivenciaram a cena histórica e política no município de Uberlândia.

Partimos da compreensão de que, para qualquer estudo sobre a realidade, seja do presente ou do passado, não pode haver dissociação entre o político, o econômico e o cultural. Ademais, a análise economicista da história, antes de qualquer coisa, alimenta um enorme preconceito com relação às demais dimensões do social, no momento em que leva em consideração apenas aquelas ações dos sujeitos desenvolvidas em função das necessidades e interesses econômicos, entendida como a esfera da produção e distribuição das provisões necessárias à sobrevivência dos indivíduos e da sociedade. Deixando de lado, portanto, as suas posições políticas, observadas nas escolhas de seus representantes e em suas atitudes diante dos acontecimentos, ou ainda nas manifestações culturais efetivadas através das crenças, visões de mundo, modos de agir e de ser na sociedade.

Os diferentes indivíduos, com seus interesses diversos, tanto exercem influências nas diversas instâncias da sociedade e, por assim dizer, nos rumos da história, como também são alvo de tudo o que ocorre na esfera do social. Por isso, desconsiderar esta condição pode significar uma negação da ação do sujeito histórico que se processa nas várias dimensões do social e não apenas no plano econômico.

Assim, no desenvolvimento, esta pesquisa resgata então as experiências dos sujeitos históricos em conflito permanente na construção material e cultural dos seus modos de vida, considerando na trajetória dos trabalhadores da fazenda Rio das Pedras uma leitura política de caráter mais amplo. Deste modo, ao buscar estabelecer uma relação entre a ação desses trabalhadores e a concentração de terras existente no município de Uberlândia, o fizemos a partir do entendimento de que a segunda, ainda que indiretamente, é fator desencadeador da primeira.

Nessa mesma direção, o foco da análise também esteve direcionado para o relacionamento conflituoso entre os trabalhadores que integram o movimento, com suas ousadas ações, e os setores mais conservadores da cidade de Uberlândia, particularmente os grandes proprietários de terras.

Quais são os elementos culturais que justificam a defesa intransigente da propriedade, desconsiderando as necessidades do outro e identificando-o apenas como o inimigo ameaçador contra o qual toda força deve ser aplicada, se necessário, levando-o à morte? Em sentido inverso, de onde vêm os elementos que possibilitam aos trabalhadores sem terra encontrarem legitimidade nos seus atos?

Esses questionamentos conduziram a pesquisa para a realidade cotidiana²⁰ daqueles trabalhadores. E nesse aspecto, seguindo as orientações de Le Goff²¹, evitamos qualquer tipo de fragmentação e procuramos saber, a partir do universo destes trabalhadores, como são construídos seus modos de vida, uma vez que é no espaço cotidiano que as pessoas expressam seus hábitos, modos de ser, objetivos, perspectivas, sonhos, opiniões, os seus costumes e ainda as suas posições políticas em atuação permanente com o meio social que as envolve.

Estudar o cotidiano não é estar diante de uma realidade estática, mas em movimento, que se transforma com o desenrolar dos acontecimentos. Até mesmo os costumes inseridos no dia-a-dia dos diferentes sujeitos, se alteram, se modificam com o passar do tempo e constitui também um espaço de conflitos sociais²². O cotidiano, sobretudo, comporta em si práticas econômicas, políticas, sociais e principalmente culturais que, vivenciadas conjuntamente, produzem uma identidade de interesses entre os trabalhadores e com isto, a organização e adoção de estratégias rumo a um objetivo comum.

Conforme Eric Hobsbawm, o historiador dos movimentos sociais “passa grande parte de seu tempo descobrindo como as sociedades funcionam e quando não funcionam, e também como mudam. Não pode deixar de fazer isso, uma vez que seu objeto, as pessoas comuns, constitui a maioria de qualquer sociedade”²³, e é no espaço do cotidiano que

²⁰ Por ser pouco precisa, é importante esclarecer que a noção de *cotidiano* está sendo utilizada neste trabalho no sentido comum. O que está sendo analisado como sendo cotidiano é o próprio dia-a-dia dos trabalhadores observados, a sua dinâmica e os acontecimentos aí percebidos.

²¹ LE GOFF, Jacques. A História do Quotidiano. In: DUBY, Georges. Et. al. *História e Nova História*, Lisboa, Teorema, 1986, p.82.

²² THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

²³ HOBSBAWM, Eric. *Sobre História (Ensaio)*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 231. O conceito de “pessoas comuns”, tal como outros conceitos usados nas pesquisas em história, é muito amplo, impreciso. Neste trabalho ele está posto então no sentido abordado por Gramsci, descrevendo os trabalhadores subalternos, as pessoas de poucos recursos da sociedade.

muitas das transformações ocorridas no social podem ser percebidas, seja através das ações sociais dos sujeitos ou por ainda meio de suas representações simbólicas.

Portanto, ao incorporarmos a dimensão cultural no estudo histórico do movimento dos trabalhadores em conflito pela terra, estamos considerando que “as relações econômicas e sociais não são anteriores às culturais nem as determinam; elas próprias são campos de prática cultural e produção cultural - o que não pode ser dedutivamente explicado por referência a uma dimensão extracultural da experiência”²⁴, como Hunt já havia percebido.

Em outras palavras, as representações culturais que permeiam as ações dos trabalhadores não podem ser encaradas como segundo plano das relações econômicas e sociais, nem entendidas como um *terceiro nível* da experiência histórica que mereça um estudo particularizado²⁵. Pelo contrário, o enriquecedor, em termos de postura teórica e metodológica, é compreender que todas as manifestações humanas, resultantes de experiências concretas ou vivenciadas no plano da cultura, enquanto representações simbólicas ou imagens, são formas diferenciadas de manifestação do real, cujo processo de permanente construção e reconstrução está sempre permeado por muitas lutas, conflitos e antagonismos, mas também por identificações, solidariedade e companheirismo.

Ao abordar os conflitos reais, pela ótica de seus agentes, as “formas surdas” de resistência podem ser manifestadas não apenas através dos atos e símbolos, mas também pelas falas, vivências e pontos de vista específicos destes sujeitos, sendo importante ao pesquisador da história social “as lutas reais, não só aquelas que se expressam sob formas organizadas como também as formas surdas de resistência, estratégias ocultas de subordinação e controle; com isso, incorpora grandes áreas da resistência humana essenciais para compreensão do social”²⁶, sendo assim, imprescindíveis para o estudo da realidade.

²⁴ HUNT, Lynn. Apresentação: História, cultura e texto, In: HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural Cultural*, São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 09.

²⁵ ALMEIDA, Antônio de. *Lutas, Organização Coletiva e Cotidiano: cultura e política dos trabalhadores no ABC Paulista 1930-1980*. Tese de doutorado em História Social apresentada a FFLCH/USP. São Paulo, 1996.

²⁶ VIEIRA, Maria do Pilar A., PEIXOTO, Maria do Rosário C., KHOURY, Yara Maria Aun. *A Pesquisa em História*. São Paulo: Ática, 1989. p. 10.

E é nessa perspectiva, que a utilização das fontes orais ganha importância, pois elas revelam toda uma gama de conflitos silenciosos, de situações vividas ou em construção que, na maioria das vezes, não são encontradas nos registros documentais, sendo ainda muito ricas em informações e esclarecimentos importantes que podem auxiliar no conhecimento sobre o objeto de análise. De acordo com Rafael Samuel,

*A evidência oral é importante não apenas como uma fonte de informação, mas também pelo que faz para o historiador, que entra no campo como um fiscal invisível. Pode ajudar a expor os silêncios e as deficiências da documentação escrita e revelar ao historiador (...) o tecido celular ressecado que, quase sempre, é tudo o que tem em mãos*²⁷.

E o cotidiano dos sujeitos sociais, por sua vez, é um dos locais onde podemos construir nossas fontes orais, é onde elas tomam forma e consistência. Por isto, como Le Goff, partimos aqui do entendimento de que “o cotidiano, se o perscrutarmos atentamente, revela-se como um dos lugares privilegiados das lutas sociais”²⁸. Ou seja, introduzir o cotidiano nos estudos das vivências de trabalhadores não é estar à procura do “superficial, do anedótico, do ilustrativo, nem essa postura pode ser confundida com a produção de certos escritos históricos *suaves*, facilmente aceitos no mercado consumidor para serem *degustados* nos intervalos dos programas de televisão”²⁹. Ao contrário, adotar essa medida num processo de investigação do real é reconhecer a importância da vivência cotidiana no processo de constituição da própria classe trabalhadora, é desmistificar determinadas visões teleológicas que atribuem a segmentos específicos que atuam em espaços singulares, o papel exclusivo de condução de um processo transformador³⁰, mas do qual todos os sujeitos sociais têm participação.

É trazer para o plano do conhecimento histórico não apenas as ações dos governantes e das figuras proeminentes da sociedade, mas também dos humildes e dos excluídos, enfim de todos os homens, mulheres, crianças, jovens e idosos que compõem o conjunto daqueles que não ocupam o centro do cenário nacional.

²⁷ SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero/NAPUH, n° 19, p. 237, 1990, p. 237.

²⁸ LE GOFF, Jacques. A História do Quotidiano. In: DUBY, Georges. Et. al. *História e Nova História*. Lisboa, Teorema, 1986. pp. 80-1.

²⁹ ALMEIDA, Antônio de. *Lutas, Organização Coletiva e Cotidiano: cultura e política dos trabalhadores no ABC Paulista 1930-1980*. Tese de doutorado em História Social apresentada a FFLCH/USP. São Paulo, 1996

³⁰ Idem.

Claro está que assumir esse tipo de posição implica dialogar criticamente com algumas leituras consagradas no terreno dos estudos sobre os trabalhadores, inclusive, como bem observou Bourdieu, estabelecendo rupturas com determinadas teorias marxistas:

*Ruptura com a tendência para privilegiar as substâncias (...) em detrimento das relações e com a ilusão intelectualista que leva a considerar a classe teórica, construída pelo cientista, como uma classe real, um grupo efectivamente mobilizado; ruptura como o economicismo que leva a reduzir o campo social, espaço multidimensional, unicamente ao campo econômico, às relações de produção econômicas constituídas assim em coordenadas da posição social; ruptura, por fim, com o objetivismo, que caminha lado a lado com o intelectualismo e que leva a ignorar as lutas simbólicas desenvolvidas nos diferentes campos e nas quais está em jogo a própria representação do mundo social e, sobretudo, a hierarquia no seio de cada um dos campos e entre os diferentes campos*³¹.

Caminhando então em direção oposta àquelas que negligenciam o cotidiano por considerá-lo destituído de significado político, esse é um espaço que aqui está sendo compreendido como um fértil terreno constitutivo de sociabilidades e identidades coletivas no qual os indivíduos, para além das relações formais do mercado, são identificados não apenas pelo que fazem ou possuem, mas também, pela sua própria condição de sujeito social³², como bem lembra Martín-Barbero.

A análise do cotidiano, porém, só adquire significado evitando-se o equívoco de se trabalhá-lo como entidade autônoma e isolada ou que se coloca em oposição ao local de trabalho. Antes, esses espaços devem ser compreendidos como complementares, que se interpenetram, até porque, como alerta Le Goff, o cotidiano “só tem valor histórico e científico no seio de uma análise dos sistemas históricos, que contribuem para explicar o seu funcionamento”³³, portanto, quando remetido para o plano geral das relações sociais e do contexto histórico do qual ele faz parte.

Neste caso “o desafio do historiador social é mostrar como ele de fato faz parte da história, relacionar a vida cotidiana aos grandes acontecimentos”³⁴. Daí, a importância, nos

³¹ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989, p. 133.

³² Martín-Barbero, Jesús. *Dois Meios às Mediações: Comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1987p. 217.

³³ LE GOFF, Jacques. A História do Quotidiano. In: DUBY, Georges. Et. al. *História e Nova História*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p.79.

³⁴ BURKE, Peter. Abertura: A Nova História, seu passado e seu futuro. In: *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo, Universidade Estadual paulista, 1992, p. 10.

estudos históricos relacionados aos trabalhadores, de se compreender como as suas experiências, vivenciadas concretamente ou por meio de representações simbólicas, em seus diversos espaços, são trabalhadas, decodificadas, assimiladas e incorporadas nas tradições e nos sistemas de valores mais gerais e como, a partir daí, se estabelecem os mecanismos de resistência ou acomodação em relação às práticas de dominação.

Entretanto, se por algum motivo, em certo ponto da pesquisa não conseguirmos respostas satisfatórias às nossas perguntas acerca do passado ou não encontrarmos nem mesmo nenhuma resposta, ainda lembrando que “é sempre desagradável dizer ‘não sei’, ‘não posso saber’. Cumpre dizê-lo só depois de termos energicamente, desesperadamente, procurado. Mas há momentos em que o mais imperioso dever do sábio é, depois de ter tentado tudo, resignar-se à ignorância e confessá-lo honestamente”³⁵, algo difícil, mas necessário de ser assumido diante da falta de respostas coerentes e satisfatórias àquilo que buscamos estudar e conhecer através da nossa pesquisa.

Na passagem, Marc Bloch alerta quanto ao risco do pesquisador não aceitar os próprios limites que o objeto da história impõe à pesquisa e, não levando em conta a prudência e a coragem necessária para admitir que não tem a resposta, prefira criar soluções ou conclusões que não coincidam com os resultados da pesquisa ou com a realidade analisada no processo de investigação.

Por outro lado, é verdade que o trabalho do historiador está longe de ser uma tarefa fácil, mas “a modéstia não é uma virtude desprezível”³⁶, e como oportunamente ressaltou Hobsbawm, “é importante nos lembrarmos de vez em quando que não sabemos todas as respostas sobre a sociedade e que, o processo de descobri-las não é simples”³⁷. De qualquer forma, seja como for o método que utilizamos para a realização da pesquisa histórica, e mesmo tendo em vista as dificuldades enfrentadas pelos pesquisadores ao questionar o objeto da ciência histórica,

na nossa inevitável subordinação ao passado há uma coisa, pelo menos, de que nos libertamos: condenados como sempre estamos a conhecê-lo exclusivamente pelos

³⁵ BLOCH, Marc. *A Observação Histórica. Introdução à História*. 4 ed. Lisboa, Europa-América, 1965. p. 56.

³⁶ HOBSBAWM, Eric. *Sobre História (Ensaio)*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 231.

³⁷ Idem. p. 231.

*seus vestígios conseguimos, todavia, saber muito mais a seu respeito do que aquilo que esse passado achou por bem dar-nos a conhecer*³⁸.

Levando em consideração a dinamicidade nas maneiras de resgatar o passado, uma das formas encontradas para abarcar as informações acerca do que ocorre no dia-a-dia dos trabalhadores da fazenda Rio das Pedras foi a utilização das fontes orais, as quais ajudaram, em grande medida, a entender melhor os resultados obtidos na pesquisa.

Para isso, foram entrevistados vinte trabalhadores que, por terem participado de toda a trajetória histórica daquele assentamento, desde o momento inicial, de ocupação e acampamento, acabaram sendo convidados e selecionados para as entrevistas. As perguntas aos entrevistados foram elaboradas no sentido de obter informações e esclarecimentos acerca dos objetivos a serem alcançados pelo trabalho.

E ao mesmo tempo em que a formulação das questões, por parte do entrevistador, determinou uma certa resposta pelo entrevistado, também este, ao recuperar em sua memória os acontecimentos passados que para ele são os mais relevantes, o fez de forma seletiva, elaborando o que queria dizer. Trata-se de uma via de mão dupla que, em última instância, não se sabe onde vai dar, tendo em vista que, como o depoente seleciona a sua fala, o entrevistador retira dela o que, para si, é mais importante e interpreta.

Contudo, ainda que o pesquisador-entrevistador não se sinta satisfeito com o conteúdo da narração do entrevistado, uma vez que ela não tenha respondido aos seus anseios e questionamentos, o último sentimento que deve prevalecer por parte do pesquisador pelo depoente e à sua narrativa é o *respeito*³⁹ e a responsabilidade na sua utilização. Até mesmo porque “à semelhança de todos os pesquisadores, os historiadores orais têm a responsabilidade não só de obedecer às normas confiáveis, quando coligem informações, como também de respeitá-las, quando chegam a conclusões e fazem interpretações”⁴⁰. É dever do entrevistador pôr em prática essas especificidades inerentes à pesquisa oral.

³⁸ BLOCH, Marc. A Observação Histórica. *Introdução à História*. 4 ed. Lisboa, Europa-América, 1965. p. 60.

³⁹ PORTELLI, Alessandro. Tentando Aprender Um Pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Revista Projeto História*, nº 15. São Paulo: Educ. 1997. pp. 19-25.

⁴⁰ Idem. p. 13.

E a ética constitui, sobretudo, umas das principais formas de agradecimento por parte do pesquisador à contribuição dada pelo depoente à sua pesquisa. Por seu lado, o pesquisador, ao mesmo tempo em que aprende, também ajuda o entrevistado, do seu modo, a compreender melhor a própria realidade em que ele se encontra.

Feitas as transcrições, percebemos o quanto se perde da 'atmosfera' da entrevista. Ainda com a utilização dos recursos de todos os sinais da língua portuguesa, é impossível transpormos para o papel certas emoções⁴¹, tom de voz, expressão, de quem concedeu a entrevista. A redação do texto final da entrevista constitui, deste modo, um documento profundamente mediado pela compreensão do pesquisador.

Mas, mesmo reconhecendo as dificuldades de se trabalhar com fontes orais, levando também em consideração o que Hobsbawm⁴² nos alertou sobre os riscos de deturpação dos acontecimentos passados por parte da memória, mesmo assim a pesquisa também não se privou de utilizá-las. Ainda mais porque, é através da experiência de sua utilização que vamos testar tanto suas falhas quanto sua contribuição para o estudo histórico.

Sobre o trabalho com as fontes orais, devo dizer também que foi uma experiência muito interessante. Aprendi muitas coisas com as pessoas entrevistadas. E isso foi algo que inclusive eu já esperava acontecer, porque acredito que todas as nossas formas de relacionamento são também uma fonte de aprendizagem, de trocas de experiências de vida.

É bem verdade que as pessoas possuem conhecimentos diferenciados acerca das coisas da vida, e possibilitar o intercâmbio desses saberes constitui considerável importância para o crescimento humano. Afinal, como bem lembrou Hobsbawm "o mundo não é feito para o nosso benefício pessoal, e tampouco estamos no mundo para o nosso benefício pessoal. Um mundo que afirme ser esse seu propósito não é bom e não deve ser duradouro"⁴³, e este é o mundo que, lamentavelmente, tem prevalecido até agora, onde a individualidade impera e poucos são beneficiados.

⁴¹ PORTELLI, Alessandro. *O que Faz a História Oral Diferente*. CEDIC-PUC/SP. Mimeo. 1995. pp. 2-4.

⁴² HOBBSBWM, Eric. *Sobre História (Ensaios)*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia das Letras. 1998. p. 227.

⁴³ Idem. p. 21.

Este trabalho estuda, portanto, *uma* das realidades implantadas por um grupo de trabalhadores, hoje moradores da fazenda Rio das Pedras, junto ao Movimento Terra, Trabalho e Liberdade – MTL. No primeiro capítulo a preocupação foi fazer uma análise da maneira com a Reforma Agrária está sendo conduzida, hoje, no Brasil, voltando também ao resgate histórico de como ela se deu no passado recente, desde a implantação do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República, escrito em 1985. Nesse capítulo foi feita ainda uma reflexão sobre os principais problemas e entraves encontrados pela ‘Reforma Agrária’ no caminho de sua efetivação. E o segundo capítulo discute a trajetória histórica do assentamento Rio das Pedras, desde o momento de ocupação e acampamento, passando pelo período de assentamento e suas principais conseqüências na vida dos trabalhadores assentados.

CAPÍTULO I
REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL
OS LIMITES DAS PROPOSTAS OFICIAIS

CAPÍTULO I

REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL OS LIMITES DAS PROPOSTAS OFICIAIS

A estrutura agrária do Brasil.

Este estudo busca inicialmente compreender um pouco melhor as características referentes à estrutura agrária do nosso país as quais, às vezes, não tomamos conhecimento ou simplesmente nos passam despercebidas. Neste sentido, apesar de não ser o retrato final da realidade, os números oferecem alguns dados importantes e ajudam na pesquisa no sentido quantitativo, quando muitas vezes apenas o qualitativo não basta para o melhor entendimento de uma determinada dimensão da realidade.

Analisando então alguns dados técnicos sobre o Brasil, observamos que o país, com uma área total de 8,5 milhões de quilômetros quadrados de superfície, que representam 850 milhões de hectares, possui 371 milhões de hectares de solos classificados em potencialidade agrícola boa, boa a regular, regular a boa e regular⁴⁴ com um total portanto de 43,7% do território nacional. De tudo isso, apenas 52 milhões de hectares são efetivamente cultivados, somando-se lavoura temporária e permanente.

Com relação à estrutura agrária do país temos que “dos 376 milhões de hectares cobertos pelos 5,8 milhões de estabelecimentos agrícolas do país, 3,1 milhões de pequenos agricultores têm acesso a apenas 10 milhões de hectares, 2,67% do total”⁴⁵. Em sentido inverso, os 50 mil latifúndios que cobrem mais de 1000 ha detêm 165 milhões de hectares de terra, portanto, 16 vezes mais.⁴⁶ Isso significa que 1% dos estabelecimentos controla 44% do total.

O curioso de tudo é que quanto maior o estabelecimento, uma maior proporção de sua terra fica parada, de modo que “os pequenos agricultores lavram 65% dos seus

⁴⁴ Dados básicos oficiais apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), abr., 2002. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso: 02/04/2004.

⁴⁵ DOWBOR, Ladislau. Reforma agrária. *SEM TERRA: JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS* – Ano XIV, n. 144, março 1995. Ladislau Dowbor é doutor em Ciências Econômicas pela Universidade de Varsóvia, professor titular da PUC-SP.

⁴⁶ Idem.

estabelecimentos, os de 10 a 100 ha lavram 28%, os de 100 a 1.000 ha lavram 13%, os de mais de 1.000 ha lavram 6,7%, e os de mais de 10 mil hectares lavram apenas 2,31% dos seus estabelecimentos”⁴⁷, dados que dão uma noção da desigualdade na forma como a terra é repartida no Brasil, fato que contribui para a realização de manifestações pelos trabalhadores sem terra em geral, em todo o país.

Esses números, porém, constituem apenas um demonstrativo das conseqüências de um país que possui seu território extremamente mal distribuído, levando a população a um enorme descompasso entre os que necessitam de terra para sobreviver, que são os trabalhadores de um modo em geral, sem posses, e os patrimonialistas⁴⁸, que possuem em seu poder imensidões de terras como reserva de valor.

O que há de pior nesta discrepância entre os ‘donos da terra’, representados pelos latifundiários, e os milhares de milhões de trabalhadores de todo país despossuídos deste bem é que, diferentemente dos primeiros, as famílias pobres daqueles trabalhadores são as principais vítimas da concentração fundiária no Brasil. Essas famílias pobres, que possuem apenas sua força de trabalho, levam suas vidas encarando as piores dificuldades de sobrevivência e a maioria se encontra sem muitas perspectivas de melhores condições econômicas.

Disto apreende-se que “a maior parte das terras agrícolas do país é utilizada como reserva de valor, por grandes proprietários que preferem imobilizar grandes áreas e esperar que se valorizem por efeito de investimentos públicos e privados de terceiros, do que desenvolver atividades produtivas”.⁴⁹ Na verdade a má distribuição de terras no Brasil possui razões históricas e a idéia de uma reforma na estrutura fundiária do país envolve vários interesses, que vão desde econômicos, políticos e sociais. Há muito, Caio Prado Júnior já constatava que:

⁴⁷ Idem. *ibid.*

⁴⁸ A palavra patrimonialista deriva-se do latim: *patrimoniu*, que significa herança paterna, bens de família. Complexo de bens, materiais ou não, direitos, ações, posse e tudo o mais que pertença a uma pessoa ou empresa e seja susceptível de apreciação econômica. Patrimonialista é aquele que recebeu patrimônio e o conserva. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975. p. 1047.

⁴⁹ Idem.

(...) por força da grande concentração da propriedade fundiária que caracteriza a economia agrária brasileira, bem como das demais circunstâncias econômicas, sociais e políticas que direta ou indiretamente, derivam de tal concentração, a utilização da terra se faz predominantemente e de maneira acentuada, em benefício de uma reduzida minoria⁵⁰.

Como vemos, o problema da concentração de terra no Brasil vem de longa data, e sobre ele muitos pesquisadores têm se debruçado, tendo em vista objetivos distintos, que vão desde o estudo das origens desta concentração, a análise dos seus principais males à população brasileira como um todo, até o estudo de mecanismos ou meios de solucionar este problema já consolidado no país.

As ocupações de terra hoje no Brasil.

No Brasil, o ano de 2004 teve início com a ocorrência de várias ocupações de terra em todo o país. Com a chegada de um governo popular à presidência da república, aumentou também a esperança dos trabalhadores rurais e urbanos, sem terra, com relação à execução da Reforma Agrária no país.

Para termos uma idéia, nos primeiros três meses de 2004, as ocupações no Brasil cresceram 19%, passando de 47, em 2003, para 56 casos observados. Entre as regiões brasileiras, no Nordeste ocorreu a maior parte das ocupações, com 25 casos, seguido do Sudeste (19), Centro-Oeste (10), Norte (1) e Sul (1)⁵¹, revelando a dinâmica dos movimentos sociais de reivindicação de terra no país.

Ao utilizar informações dos órgãos governamentais, tanto quanto de determinados jornais, acerca dos movimentos de trabalhadores sem terra, é importante esclarecer antes de tudo, que esses órgãos utilizam a palavra *invasão*, para se referir às ocupações de terra no país. Disso decorre a tentativa feita por esses meios de denegrir a imagem dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que tentam classificar as suas ações como atos ilegais e que necessitam ser cessados para a preservação da harmonia e da ordem sociais, pois na concepção destas instituições, esse tipo de ação prejudica o desenvolvimento econômico e social do país.

⁵⁰ PRADO JÚNIOR, Caio. *A Questão Agrária no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 15.

⁵¹ Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: www.incra.gov.br. Acesso: 07/04/2004.

Este trabalho porém optou pelo uso do termo *ocupação* por encarar estas ações como um ato legal e condizente com a Constituição Federal de 1988, em vigor, a qual tem como base fundamental os princípios democráticos que regem as ações dos indivíduos no país. Conforme a Legislação “a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, (...)”⁵². E tal como a própria Legislação do país, nesta pesquisa as manifestações dos trabalhadores sem terra são abordadas como atos lícitos, ao mesmo tempo em que constituem uma forma da população reivindicar aquilo que o Estado, seu representante institucional, deixou de prover, o que é acima de tudo um direito constitucional.

Uma vez que a República Federativa do Brasil é constituída por um Estado Democrático de Direito no qual “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à *propriedade*”⁵³, todos os objetivos perseguidos pelo Estado, tal como “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”⁵⁴, bem como “construir uma sociedade livre, justa e solidária”⁵⁵, entre outros tantos, são metas que a população tem o direito de cobrar e fazer valer na prática.

Assim, as manifestações de setores expressivos da sociedade constituem ações que põem em prática os princípios democráticos em que a própria Legislação se fundamenta, e na qual o *direito à propriedade* não é apenas de alguns mas de todos os sujeitos sociais, embora, na prática, esse direito raramente se concretize.

Analisando um período maior das manifestações dos trabalhadores sem terra no país, do que aquele observado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Comissão Pastoral da Terra (CPT)⁵⁶ divulgou novos dados no dia 23 de abril

⁵² Capítulo V - Da Comunicação Social. Art. 220. *Constituição da República Federativa do Brasil: Promulgada em 5 de outubro de 1988*. São Paulo: Saraiva, 1995.

⁵³ Título I. Dos Direitos e Garantias Fundamentais. Art. 5º. *Idem*.

⁵⁴ Título I. Dos Princípios Fundamentais. Art. 3º, § 3. *Idem*. *Ibid*.

⁵⁵ Título I. Dos Princípios Fundamentais. Artigo 3º, § 1. *Idem*.

⁵⁶ “A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e realizado em Goiânia (GO). Inicialmente a CPT desenvolveu junto aos trabalhadores e trabalhadoras da terra um serviço pastoral. Na definição de Ivo Poletto, que foi o primeiro secretário da entidade, ‘os verdadeiros pais e mães da CPT são

de 2004, confirmando que “em 2004, o número de ocupações é maior. São 99 ocupações, envolvendo 19.419 famílias, contra 96 ocupações em 2003, que envolveram 13.886 famílias”⁵⁷. Esses números, por sua vez, dão a dimensão da forte ansiedade dos trabalhadores brasileiros sem terra por uma nova definição da estrutura agrária do país, voltada para a redução do número de latifúndios presentes no Brasil.

Por outro lado, disso constata-se que as ocupações continuam sendo uma das principais estratégias de pressão política exercida pelos trabalhadores sem terra para que o governo agilize as ações da reforma agrária e torne concretas as metas definidas no Plano Nacional de Reforma Agrária.

Outra característica marcante do Brasil nos três primeiros meses de 2004 diz respeito à economia. Conforme estudo realizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a economia brasileira continua fragilizada, com altas taxas de desemprego e pouco crédito para a produção.

De uma forma geral, “os índices de pobreza, que haviam diminuído nos anos 90, voltaram a subir, afetando 225 milhões de pessoas em 2003”⁵⁸. Segundo Henrique Iglesias, presidente do Banco “o Brasil está tentando consolidar sua estabilidade macroeconômica para atingir um crescimento sustentável. A política de contração brasileira é transitória”⁵⁹. O estudo ainda alerta sobre o fato de que as perspectivas de médio prazo para o crescimento da economia são incertas e que é preciso aproveitar o momento para consolidar mudanças na estrutura do país.

Enquanto a economia brasileira permanece em um patamar estável de crescimento, as manifestações de trabalhadores se alastram pelo país. E em resposta a essas manifestações, em abril de 2004, o presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, deixou então clara a sua opinião em relação às normas em que a Reforma Agrária deve se enquadrar para que seja efetivada. Em discurso na cidade de Três Corações, o presidente

os peões, os posseiros, os índios, os migrantes, as mulheres e homens que lutam pela sua liberdade e dignidade numa terra livre da dominação da propriedade capitalista”. O Nascimento. Disponível em: www.cptmac.com.br. Acesso: 23/04/04.

⁵⁷ CPT divulga dados parciais de 2004. Comissão Pastoral da Terra (CPT). Disponível em: www.cptmac.com.br. Acesso: 28/04/2004.

⁵⁸ A Economia Brasileira segue frágil, diz BID. *Folha de São Paulo* – 29/03/2004, p. B1.

⁵⁹ Idem.

disse que a Reforma Agrária “não será feita no grito, mas dentro da lei”⁶⁰, afirmando em seguida que “neste país, a reforma agrária vai ser feita por uma questão de justiça social, por uma necessidade de repartir um pouco melhor o território produtivo, para que a nossa gente tenha a oportunidade de trabalhar”⁶¹, demonstrando uma certa consciência em relação à função social da Reforma Agrária.

O discurso do presidente Lula evidencia bem o modo como seu governo deverá agir rumo às metas a serem perseguidas para a implantação da reforma agrária no Brasil, mas lembrando sempre que “ela não vai ser feita no grito. Nem no grito dos trabalhadores, nem pelo grito dos que são contra, ela vai ser feita respeitando a legislação vigente e num clima de harmonia”⁶², o que claramente consiste em deixar as manifestações dos trabalhadores para o segundo plano.

Ao concluir suas premissas, Lula se refere ainda aos trabalhadores sem terra mostrando que a reforma agrária vai se dar num clima de harmonia e que o processo

*(...) será feito da forma mais tranqüila possível, da forma mais pacífica possível, porque eles sabem (os trabalhadores sem terra) que o país tem lei, tem regras. E ela vale para o presidente da República, vale para o sem-terra e vale para o "com-terra". Este é um país democrático, é um país livre, e quem quiser fazer manifestações, pode fazer. O que as pessoas não podem é perder o senso de responsabilidade*⁶³.

Apesar de todos esses avisos, o presidente Lula disse também que considera importante haver manifestações no país, ponderando que essas ações constituem a forma mais concreta de exercer a democracia e a cidadania em um país que tem como lema tanto a liberdade de expressão quanto a liberdade de ir e vir, embora essas questões nem sempre se concretizem na prática.

As afirmações do presidente Lula, portanto, deixam evidente que a Reforma Agrária em seu governo seguirá as diretrizes postas no Plano Nacional de Reforma Agrária

⁶⁰ Dados básicos. Reforma Agrária não será feita "no grito", diz Lula na Folha Online, 2. abr. 2004. Disponível em: www.folha.uol.com.br. Acesso: 07/04/2004.

⁶¹ Idem.

⁶² Idem. Ibid.

⁶³ Lula pede bom senso: 'Radicalizar não ajuda'. O Globo. Disponível em: www.oglobo.com.br/pais. Acesso: 25/04/04.

(PNRA). Este plano tem como fundamento o Estatuto da Terra, Lei Federal de 30 de novembro de 1964 “que regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola”⁶⁴, no qual a Reforma Agrária constitui “(...) o conjunto de medidas que visam promover melhor distribuição de terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade⁶⁵; e a Constituição Federal de 1988 em seus artigos que dizem respeito à aquisição e utilização da propriedade privada da terra.

Para compreendermos bem os passos a serem dados pela Reforma Agrária durante o governo Lula, precisamos entender as principais diretrizes do Plano Nacional de Reforma Agrária, uma vez que conforme a Constituição Federal “a destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária”⁶⁶, o qual é aqui analisado.

Entretanto, a questão dos conflitos sociais envolvendo a terra não é algo novo na história do Brasil. Ao resgatarmos o contexto em que foi elaborado, também compreenderemos melhor o motivo pelo qual o PNRA foi criado, uma vez que o momento histórico no qual foi idealizado revela muitas informações acerca das características sociais, culturais e econômicas que o envolveram.

A discussão acerca da questão agrária no Brasil.

Em 1930, a discussão sobre a questão agrária no Brasil⁶⁷ girava em torno da produção do café e da grande depressão iniciada em 1929 com a quebra da Bolsa de Nova Iorque. E questão agrária, por sua vez, é muito diferente que agrícola, “(...) a questão agrícola diz respeito aos aspectos ligados às mudanças na *produção em si mesma*: o que se produz, onde se produz e quanto se produz. Já a questão agrária está ligada às

⁶⁴ Art. 1º § 1º. *Estatuto da Terra*. Lei Federal de 30 de novembro de 1964. (Organização dos textos, notas remissivas e índices por Juarez de Oliveira.) 7 ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ Capítulo III. Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária. Art. 188. *Constituição da República Federativa do Brasil: Promulgada em 5 de outubro de 1988*. São Paulo: Saraiva, 1995.

⁶⁷ SILVA, José Graziano da. *O Que é Questão Agrária?* São Paulo, Brasiliense, 1980. p. 11.

transformações *nas relações de produção*, como se produz, de que forma se produz”⁶⁸, sendo conceitos que, às vezes, causam confusões, mas que necessitam ser diferenciados.

Após esse período a questão passou a ser comentada juntamente com o surgimento da indústria no país. Já no fim dos anos 1950 e início de 1960 “(...) a discussão sobre a questão agrária fazia parte da polêmica sobre os rumos que deveria seguir a industrialização brasileira. Argumentava-se então que a agricultura brasileira - devido ao seu atraso- seria um empecilho ao desenvolvimento entendido como industrialização do país”⁶⁹, algo que foi reforçado com a crise econômica ocorrida no Brasil entre 1961 e 1967.

Entretanto, as manifestações e pressões por parte da sociedade brasileira com relação à estrutura agrária do país tiveram início antes mesmo do Golpe Militar de 1964. O início do debate e do conflito sobre a estrutura fundiária no Brasil, possui razões históricas e ocorreu ainda em meados do século XIX, com a aprovação da Lei de terras de 1850, que regulamentava a propriedade privada da terra:

(...) A Lei nº 601, conhecida como Lei de Terras, determinava que a terra só poderia ser adquirida pela compra, o que acabava com o sistema de posse. Uma das suas características era elevar o preço das terras, obrigando o pagamento à vista. Desta forma, a venda das terras era dirigida para uma elite social e o dinheiro arrecadado seria aplicado na vinda de colonos europeus. A Lei de Terras visava não só consolidar a posse da terra nas mãos de uma elite, como também preparar um novo tipo de mão-de-obra para a lavoura, pois sabia-se que o escravismo teria que terminar”⁷⁰.

Assim, a questão das reivindicações camponesas com relação à terra atravessou as manifestações dos movimentos messiânicos desde o século XIX e se prolongou pelo século XX, transformando-se, após 1970, nos movimentos sociais pela terra. E mesmo no final da década de 1950 e início de 1960, com o processo crescente de industrialização do país, que provocava o crescimento rápido da urbanização, a questão fundiária começou a ser debatida no Brasil mais fortemente e com maior presença no cenário nacional, período marcado por manifestações camponesas em reivindicações pela terra.

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ Idem. p. 7-8.

⁷⁰ CHIAVENATO, Júlio José. *Violência no campo: O Latifúndio e a Reforma Agrária*. 6 ed. São Paulo: Moderna, 1998. p. 30.

A idéia de reforma agrária no Brasil moderno ocorreu ainda durante o governo de João Goulart que tinha, dentre suas principais reformas de base, a reestruturação fundiária do país. Porém, seu projeto de reforma agrária foi exatamente uma das causas da queda de seu governo e um dos maiores motivos para o Golpe Militar ocorrido em 1964.

Com a mobilização da sociedade brasileira em torno do tema da questão agrária, através das organizações dos trabalhadores que reivindicavam a reforma agrária, bem como pela agitação instalada no campo no Nordeste, com as Ligas Camponesas, e no Centro Oeste, com a mobilização camponesa de Trombas e Formoso, em Goiás⁷¹ na década de 1960, o Regime Militar foi pressionado a produzir um texto jurídico acerca da propriedade da terra, para acalmar os ânimos no campo brasileiro.

Em consequência, com o governo reformista fora do poder, a ditadura militar editou sua própria lei agrária, criando o Estatuto da Terra em 30 de novembro de 1964, que enfatizou mais o desenvolvimento da agricultura do que propriamente a reforma agrária.

Até a década de 1960, o Brasil tinha mais da metade de sua força de trabalho no campo. No ano 2000, tem 23%. Na Europa, neste mesmo ano, 6% de sua população trabalhava no campo, e nos Estados Unidos, a percentagem era de 2%⁷², portanto, substancialmente menor.

Apesar da maior parte da população brasileira estar concentrada nos centros urbanos, a reforma agrária não deve ser pensada por este viés, mas pela sua função social, ao conceder terras a quem precisa dela para sobreviver, uma vez que os frutos de uma agricultura forte, mas concentrada nas mãos de poucos, chegam em quantidade diferente para cada sujeito social, e para alguns, nem mesmo chegam.

Por esse motivo, a reforma agrária pode ser encarada como uma perspectiva aos trabalhadores que necessitam da terra para plantar. Mesmo porque “no Brasil, ela se transformou numa questão diferente: pode evitar que as metrópoles sejam inchadas por desempregados do campo e também funciona na esfera da justiça social ao conceder a terra

⁷¹ Reforma Agrária ontem e hoje. Comissão Pastoral da Terra (CPT). Disponível em: www.cptnac.com.br. Acesso: 23/04/04.

⁷² Revista *Veja*, Ano 33, n° 19, 2000.

a quem precisa dela para tirar o sustento da família”⁷³. Deste modo, a reforma agrária deve ser abordada no Brasil visando, entre outras coisas, atender as necessidades imediatas dos trabalhadores sem terra.

Ao assumir a presidência em 1967, o general Costa e Silva mudou o perfil econômico e político do governo, retirando os representantes do ministério anterior de sua equipe. De 1967 até 1973 a economia brasileira começou a crescer rapidamente. Foi o período do ‘milagre’ brasileiro.

Neste momento, a questão agrária quase não foi discutida, tanto por causa da repressão política, como pelo fato de que se pensava que esta questão já havia sido resolvida devido ao crescimento agrícola ocorrido durante o ‘milagre’⁷⁴. Delfim Neto, o novo responsável pelo setor da economia brasileira:

Combateu a recessão com uma política de crescimento econômico que aproveitava a capacidade ociosa das empresas, mas continuava controlando os salários. A economia reagiu rapidamente, e cresceu em média dez por cento ao ano de 1968 até 1974, com o setor industrial claramente privilegiado. O período, que ficou conhecido como ‘milagre econômico’, tinha no entanto seu lado perverso, e o censo de 1970 provou que a desigualdades havia aumentado na década anterior. Delfim Neto justificava as distorções do país com a fórmula: ‘É preciso deixar o bolo crescer, para depois reparti-lo’⁷⁵.

Na década de 1970, como consequência desse desequilíbrio econômico, houve uma migração em massa de pessoas do campo para a cidade, provocada pela miséria rural e pelo aumento dos conflitos no campo. Com o aumento da população, ocorreu uma ampliação das favelas nos centros urbanos, levando a massa trabalhadora a viver em situações sub-humanas, à beira da miséria.

Esse foi o período na história do Brasil em que a população camponesa mais transitou do campo para a cidade na esperança de uma vida melhor, ainda que de fato tudo o que de mais certo a esperava nas cidades eram o desemprego e a falta de oportunidades. Conforme Chiavenato, “a migração rural foi um dos fenômenos sociais mais graves no

⁷³ Idem.

⁷⁴ Idem, p. 8.

⁷⁵ PAIÃO, Enor. *Tropicalismo: bananas ao vento no coração do Brasil*. São Paulo: Scipione, 1996. p. 15.

período militar: entre 1970 e 1980, cerca de 16 milhões de pessoas vagaram pelo Brasil⁷⁷. Eram trabalhadores que, sem oportunidade de trabalhar no campo, no seu próprio pedaço de terra, viam nas cidades a esperança de uma vida melhor.

Ao mesmo tempo em que os grandes produtores agrícolas mantinham resguardado seu lucro obtido com o aumento da exportação de produtos como o café e a soja, o restante da população não se beneficiou em nada com esse crescimento econômico. Enfim:

O "milagre" acabou. Passada a euforia inicial, muitos começaram a se dar conta de que os frutos do crescimento acelerado do período 1967/73 tinham beneficiado apenas uma minoria privilegiada. E, entre os que tinham sido penalizados, estavam os trabalhadores em geral e, de modo particular, os trabalhadores rurais⁷⁸.

Mas, já em 1978, com o início de uma relativa abertura política, a questão agrária voltou novamente a ser discutida, porém em termos mais gerais das crises do sistema capitalista, e não especificamente com relação à realidade brasileira.

O primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária no Brasil.

Contudo, o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA)⁷⁹, propriamente dito, surgiu no Brasil ainda em 1966, durante o governo de Castelo Branco. Este plano cuidou dos cadastros previstos no Estatuto da Terra, de 1964, os quais consistiam em mapear as áreas das propriedades territoriais quanto ao número de gado e de empregados e com relação à quantidade existente de plantação em cada propriedade.

O objetivo desses cadastros era levar ao governo um conhecimento da realidade agrária do Brasil. Este primeiro plano, porém, não realizou a reforma agrária, justificando que era necessário primeiro diagnosticar os imóveis rurais do país. E em 1968 foi elaborado o segundo PNRA que, semelhante ao anterior deu ênfase à tributação e à colonização, deixando as terras intocadas. Neste ponto, convém fazer uma observação. Conforme José Graziano há uma nítida diferença entre colonização e reforma agrária:

Colonização se faz em terras não anteriormente ocupadas, geralmente terras devolutas (sem dono) do Estado. Já a reforma agrária é feita em terras que já têm

⁷⁷ CHIAVENATO, Júlio José. *Violência no campo: O Latifúndio e a Reforma Agrária*. 6 ed. São Paulo: Moderna, 1998. p. 40.

⁷⁸ SILVA, José Graziano da. *O Que é Questão Agrária?* São Paulo: Brasiliense, 1980. p. 15

⁷⁹ SILVA, José Graziano da. *Para Entender o Plano Nacional de Reforma Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p.73.

*dono, ou seja, em terras privadas, sejam elas particulares ou do governo. Por isso a reforma agrária implica, basicamente, uma mudança de propriedade das terras para indivíduos que não são proprietários. Que dizer: criam-se novos donos entre os donos da terra a partir de terras que já eram propriedade privada de alguém*⁷⁹.

No Estatuto da Terra de 1964, essa separação era inclusive muito clara, havendo dois órgãos para cada uma. O Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), que fazia a colonização, e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) o qual ficava encarregado de fazer a reforma agrária, mas apenas tributava as terras.

Esses dois órgãos, por sua vez, foram fundidos em 1971, durante o governo Médice, dando lugar ao atual Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)⁸⁰. Apesar do IBRA não ter realizado a reforma agrária no Brasil, ao menos tributava as terras. Com essa junção a reforma ficou ainda mais distante porque o INCRA passou a fazer apenas a colonização das terras. O órgão era mais um instrumento de colonização de áreas novas, como as da rodovia Transamazônica, do que para uma reforma da estrutura fundiária do país. Neste mesmo período, o próprio PNRA mudou de nome passando a se chamar Plano de Integração Nacional (PIA), que dava ênfase à colonização da Amazônia, a qual foi fracassada devido ao seu alto custo.

O primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República.

Em 1980, durante o governo Figueiredo, com Delfim Neto no Ministério da Agricultura, o INCRA voltou novamente a fazer a tributação das terras. Logo após este período, em 1985, depois da criação do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), o governo José Sarney pôs em debate a *proposta* para a elaboração do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República.

Esse plano difere totalmente dos planos anteriores porque:

*(...) escolheu a desapropriação por interesse social como instrumento principal a ser usado no processo de reforma agrária. Este instrumento, previsto na Constituição dá ao Estado o direito não só de desapropriar terras que não estejam cumprindo sua função social (latifúndios e minifúndios), como também de indenizar o valor dessas terras em TDA (Títulos da Dívida Agrária), pagando em dinheiro tão somente as benfeitorias*⁸¹.

⁷⁹ Idem. p.74.

⁸⁰ Idem. Ibid.

⁸¹ Idem. Ibid. p. 76.

A proposta para o PNRA foi apresentada no dia 27 de maio de 1985, em Brasília, durante o 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais⁸². Contudo, acerca da década de 1980, convém fazer aqui algumas observações, uma vez que ela constituiu um momento de grandes transformações econômicas em várias partes do mundo. Nessa década, os países capitalistas avançados presenciaram transformações profundas no processo de produção do trabalho⁸³. Ao longo da década, estas mudanças foram tendo seus desdobramentos nos países do terceiro mundo industrializado que, por sua vez, tiveram que ir se adequando a elas, da maneira como puderam.

Emergiram novos modos de processos de trabalho, dentre os quais se destaca a transição da *produção em série e de massa* para a *flexibilização da produção*, constituindo novas formas de adequar a produção ao mercado. Neste sentido, procurou-se saber onde e quando a mercadoria era vendida, para depois realizar a sua produção⁸⁴. Buscou-se, neste momento, uma *gestão participativa* no seio da indústria e uma *qualidade total* em relação aos produtos fabricados. Conforme Ricardo Antunes, a década de 1980 caracterizou-se por

*(...) um grande salto tecnológico, a automação, a robótica e a micro eletrônica invadiram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital, vive-se, na produção, um conjunto de experimentos, mais ou menos intensos, mais ou menos consolidados, mais ou menos presentes, mais ou menos tendenciais, mais ou menos embrionários*⁸⁵.

É foi nesse contexto histórico, com elementos novos mais ou menos postos no social, que a proposta para a elaboração do primeiro PNRA da Nova República foi criada. Nela, ficou estabelecido como meta assentar 1,4 milhões de famílias. E o que era uma proposta, acabou ficando sendo o primeiro PNRA da Nova República.

O Plano, assinado pelo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em vigor, tem como fundamento básico o Estatuto da Terra. De acordo com o Estatuto, o acesso à propriedade rural será promovido mediante a distribuição de terras pela inclusão da *desapropriação por interesse social*, pela *doação*, *compra* ou *venda*, pela *arrecadação dos*

⁸² Idem.

⁸³ ANTUNES, Ricardo. *Adieu ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 5 ed., São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 1998. p. 15.

⁸⁴ Idem.

⁸⁵ Idem. Ibid. p. 15.

bens vagos ou ainda por *herança*⁸⁶, de modo que, resta aos trabalhadores sem terra, junto aos movimentos sociais, o papel de reivindicar esse direito constitucional.

Os impasses da Reforma Agrária no Brasil.

A desapropriação por interesse social se refere aos latifúndios⁸⁷ que excedem três vezes o módulo rural de propriedade. O módulo⁸⁸ é a área explorada diretamente por uma família cuja dimensão varia em função do tipo de cultura e de onde é localizada. Por exemplo:

*(...) para hortigranjeiros em Jundiaí, SP, o módulo é de 2 ha; para pecuária, na Amazônia, o módulo é de 120 ha. O módulo da propriedade é obtido através da média ponderada dos módulos das várias culturas do imóvel. Para o Estado de São Paulo, por exemplo, o módulo médio da propriedade está por volta de 35 hectares. Isso quer dizer que as propriedades com menos de 105 hectares, mesmo quando localizadas em áreas prioritárias de reforma agrária, dificilmente seriam passíveis de desapropriação, ainda que fossem classificadas como latifúndios*⁸⁹.

Neste ponto pode ser observado um dos primeiros problemas para a realização da reforma agrária no Brasil. Não há uma medida única de módulo rural para todo o Brasil, fato que dificulta o processo de reestruturação agrária em todo o país.

Importante ressaltar também que quando da elaboração do PNRA, em 1985, houve votos contra e a favor ao Plano. No seio político, os radicais de direita⁹⁰, capitaneados pelo

⁸⁶ Título II. Da Reforma Agrária. Dos Objetivos e dos Meios de Acesso à Propriedade Rural. Capítulo I. *Estatuto da Terra*, de 30 de novembro de 1964. (Organização dos textos, notas remissivas e índices por Juarez de Oliveira.) 7 ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

⁸⁷ Conforme José Graziano: "o Estatuto da Terra considera latifúndio por dimensão todo imóvel de área superior a 600 vezes o módulo, independente de sua forma de exploração. Isso significa que uma grande empresa rural, mesmo que produtiva, é passível de ser desapropriada por interesse social". In: SILVA, José Graziano da. *Para Entender o Plano Nacional de Reforma Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 18.

⁸⁸ Conforme o próprio Estatuto da Terra o *Módulo Rural* é a área nos termos do inciso II, referente a *Propriedade Familiar*; a qual constitui: "o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros". Artigo 4º, I e II.

⁸⁹ SILVA, José Graziano da. *Para Entender o Plano Nacional de Reforma Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 18.

⁹⁰ Em 1985, os ideais dos partidos políticos eram mais ou menos nítidos, mais ou menos delineados. Hoje, porém, a noção do que é ser de "direita" e de "esquerda" já não tem mais sentido na realidade. Atualmente, certos partidos políticos que se dizem de "esquerda" podem ser fundamentalmente conservadores, ao passo que certas posições que se julgam de "direita" são mais progressistas que outras que se auto-denominam como "esquerda". A frase "radicais de direita" foi posta com o objetivo de indicar os sujeitos sociais que se mantinham firmes em sua posição de negação às mudanças na estrutura fundiária do país.

ex-ministro Armando Falcão e pelo ex-deputado Sérgio Cardoso de Almeida, um grande proprietário de terras em *Ribeirão Preto e na Amazônia*, constituíam os representantes políticos que eram totalmente contra a proposta de reforma agrária do MIRAD/INCRA⁹¹.

Na sociedade, a maior parcela dos proprietários rurais também se opôs ao PNRA. A burguesia urbana não se opôs, mas com uma objeção, desde que a propriedade privada da terra fosse terminantemente resguardada. Os grandes agricultores rurais, por sua vez, também ficaram contra o Plano temendo que as terras produtivas fossem desapropriadas.

Como a quantidade de latifundiários em relação aos trabalhadores e à população em geral, sem terra, era pequena, pode se dizer que houve mais pessoas a favor do Plano do que contra. Um dos primeiros órgãos não governamentais a se declarar a favor do PNRA foi o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais (MSTR), propondo contudo, que o plano fosse realizado em cinco anos. Entretanto, a reforma não ocorreu em cinco anos e nem mesmo após este período, como a população em geral desejava.

O Movimento dos Sem Terra também fez parte da parcela social que apoiou o Plano, embora ele considerasse as suas propostas modestas, lembrando ainda a importância de estabelecer um módulo máximo para as propriedades rurais, propondo também a desapropriação de todos os latifúndios, improdutivos ou não.

Ainda fazendo parte dos prós, a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) declarou ver a proposta com bons olhos. A Comissão Pastoral da Terra (CPT), mesmo não acreditando que o governo faria uma reforma agrária nos moldes que os trabalhadores sem terra queriam e esperavam, foi a favor do Plano. Por fim, os trabalhadores urbanos sem terra, ou não, através de suas entidades representativas, de um modo geral, também foram a favor da proposta, querendo a realização imediata da reforma agrária.

A principal razão das opiniões contrárias ao PNRA, estava no fato do plano ter como prioridade para a realização da reforma, a *desapropriação por interesse social* e, mais ainda, pelo motivo de que “o Estatuto da Terra permite a desapropriação dos

⁹¹ SILVA, José Graziano da. *Para Entender o Plano Nacional de Reforma Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 18

latifúndios por exploração e por dimensão, mesmo que estes últimos sejam improdutivos”⁹², fato decisivo na opinião dos que foram contra a proposta.

Mas para o alívio dos políticos e proprietários rurais contrários ao PNRA proposto em 1985, a força da bancada ruralista no Congresso Nacional foi maior que a mobilização da população em favor da reforma agrária. Em 1987, em oposição à extinção do INCRA, a população fez um abaixo assinado com 1200.000 assinaturas, o qual foi entregue aos constituintes nesse mesmo ano, não surtindo porém, nenhum resultado concreto.

No ano seguinte, os proprietários rurais presentes no governo conseguiram introduzir no texto da nova Constituição Federal (CF), aprovada em 1988, a alínea II do seu artigo 185, na qual, no caso específico da reforma agrária, é proibida a desapropriação das propriedades produtivas⁹³, independentemente do tamanho. Portanto, diante de todos esses acontecimentos, o fato é que o PNRA da Nova República não foi posto em prática nem em cinco anos, nem após este período, não havendo sido realizada, deste modo, a reforma agrária no Brasil. A estrutura fundiária do Brasil continua intocada e a concentração de terra permanece com forte presença no país.

Em 1989, o INCRA foi recriado, em um momento em que o sindicalismo rural se espalhava pelo Brasil afora. Os movimentos sociais estavam mais fortes do que nunca⁹⁴, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), oficialmente criado em 1985, que buscava organizar os trabalhadores sem terra em torno do ideal de ocupação.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995/2002), o PNRA também não foi executado, apesar da propaganda do governo afirmar o contrário, insistindo em frisar que o governo realizou a maior reforma agrária dos últimos tempos, mas que na prática nunca aconteceu, a estrutura agrária brasileira continuou como sempre esteve. O que aconteceu mesmo foi uma reforma agrária de marketing, uma vez que o ministério tinha um número muito grande de jornalistas. Na verdade

o que o governo FHC desenvolveu foi uma política de assentamentos, sem ter tocado em nada na estrutura fundiária brasileira. Ao mesmo tempo em que efetuou o maior número de assentamentos da história, um número superior de famílias

⁹² Idem, p. 25.

⁹³ Reforma Agrária: Ontem e hoje. Disponível em www.cptmac.com.br. Acesso: 23/04/04.

⁹⁴ Idem.

abandonou o campo pela ausência de políticas públicas que lhe permitissem nele viver com dignidade. Neste período, ao invés de uma democratização da propriedade, houve uma concentração maior. O governo FHC não tinha uma política e um plano de Reforma Agrária como estratégia de desenvolvimento. Os assentamentos não obedeceram a um planejamento elaborado, mas foram sendo criados respondendo à pressão exercida pelos movimentos sociais. Seu governo adotou a “política do bombeiro”, tentando debelar os focos de incêndio no campo. Costuma-se dizer que adotou políticas compensatórias para enfrentar os conflitos. Ao invés de fortalecer o INCRA e sua estrutura, criou o ministério que gerou uma série de conflitos de competência.”⁹⁵

Sensacionalismos à parte, o fato é que a reforma agrária no Brasil ainda não foi realizada com o PNRA de 1985, então em vigor. Inicialmente, a grande vantagem desse plano estava na possibilidade de se indenizar o valor das terras desapropriadas em Títulos da Dívida Agrária (TDA). Um fundo de investimento que, quando puder ser resgatado, já perdeu parte do seu valor. Porém, como o PNRA se fundamenta no Estatuto da Terra, outro grande problema encontrado no caminho da realização da reforma agrária está no fato de que o Estatuto foi modificado em 1966, no que se refere aos TDA quando

o Decreto nº 59443, de 1.12.66, assinado pelo general Castelo Branco e seu ministro Otávio Bulhões, simplesmente faz dos TDA um grande negócio especulativo. No seu artigo 8º, por exemplo, o titular de TDA nominativos pode pedir a emissão de novo certificado em nome de terceiro, subdividir o título em vários e até mesmo convertê-lo em título ao portador”⁹⁶.

Conforme José Graziano, “o fundamental é não pagar o valor de mercado das terras desapropriadas: aí seria uma negociata e não uma reforma agrária”⁹⁷, mas esta medida já não é mais aprovada pelas leis brasileiras.

Portanto, a Legislação constitui o obstáculo maior à Reforma Agrária o Brasil, uma vez que, para ocorrer segundo os critérios de uma verdadeira reforma na estrutura agrária do país, de modo a não utilizar as formas do mercado para o pagamento das terras desapropriadas, ela não tem mais o respaldo das leis. A Reforma Agrária, em última instância esbarra, portanto, na máquina burocrática do Estado.

⁹⁵ Idem. Ibid.

⁹⁶ SILVA, José Graziano da. *Para Entender o Plano Nacional de Reforma Agrária*. São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 99.

⁹⁷ Idem.

Entretanto, se observarmos o curso histórico de outros países, percebemos que a expropriação total já ocorreu em países como Cuba e Nicarágua. Já na Itália e no Japão, em suas reformas agrárias corretivas, os donos das terras recebiam um valor menor ao da sua venda. No Brasil, o ideal seria o pagamento das terras latifundiárias desapropriadas em TDA eliminando destes os juros⁹⁸, mas com as mudanças feitas no Estatuto da Terra, isso já não é mais possível.

Enquanto a Reforma Agrária não se realiza no Brasil, a concentração fundiária permanece, gerando distorções econômicas e desigualdades sociais cada vez maiores, aumentando, ainda mais, a distância entre ricos e pobres. Deste modo

(...) fazendo o cálculo, a partir dos dados (...) de produtividade por hectare disponível, incluindo portanto a subutilização do solo, descobrimos que a produtividade dos grandes é absurdamente baixa, pois usam produtivamente uma parte muito pequena dos estabelecimentos. Manter esta situação quando milhões de agricultores querem cultivar e são impedidos por falta de terra, enquanto dezenas de milhões passam fome nas cidades, mostra o grau de absurdo que pode atingir a ausência de processos democráticos de decisão no interesse da sociedade. É pela crescente tensão das cidades, temos de concluir o óbvio: a reforma agrária não é mais um problema rural, é uma questão chave da problemática urbana. Quem financia os prejuízos da impressionante subutilização do solo agrícola somos nós⁹⁹.

Por outro lado, analisando o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, constatamos que, tal como Fernando Henrique Cardoso, ele se elegeu tendo como um de seus compromissos fazer a Reforma Agrária. Porém, Lula recebeu do governo anterior um país cheio de problemas estruturais, bem como de desigualdades sociais, desemprego e violência urbana.

Pelo o que a posição de Lula acerca da Reforma Agrária dá a entender, esta não será concretizada tão cedo no Brasil. Mesmo porque “a bancada ruralista, apesar de mais fraca e reduzida do que em 1988, no processo constituinte, ainda tem força, sabe arregimentar adesões e conta com a cobertura da mídia¹⁰⁰”, fato que contribui para emperrar, ainda mais, os andamentos com relação à reforma.

⁹⁸ Idem. *ibid.*

⁹⁹ DOWBOR, Ladislau. Reforma agrária. *SEM TERRA: JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS* – Ano XIV, n. 144, março 1995

¹⁰⁰ Reforma Agrária: Ontem e hoje. Disponível em: www.cptnac.com.br. Acesso: 23/04/04.

No setor econômico, o agronegócio “se tornou o carro chefe das exportações brasileiras e, por isso mesmo, se firma, se fortalece e é tratado como prioridade. A busca de superávit primário cada vez maior na balança comercial o torna intocável. E agronegócio e latifúndio são irmãos no Brasil”¹⁰¹. Apesar deste setor ser muito importante para o desenvolvimento e crescimento da economia brasileira, com as atenções do governo voltadas em peso para a agricultura, as ações e modificações na estrutura agrária do país são deixadas de lado.

Apesar de tudo, no governo de Lula, a ‘reforma agrária’ mantém em vigor o PNRA elaborado em 1985, mas prossegue nas medidas de realização tomadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, nas quais a ‘reforma agrária’ é executada por meio do cadastramento dos trabalhadores sem terra nas agências de correio¹⁰². Deste modo, os trabalhadores que desejam ter acesso a terra devem fazer sua inscrição nos correios, e após isso, esperar uma resposta do INCRA via correspondência. Caso seja selecionado, o trabalhador passará por uma série de avaliações segundo critérios de classificação estabelecidos pelo INCRA, os quais vão desde a idade do trabalhador, que não pode ser inferior a 21 anos, o tamanho da família, o número de filhos, a renda anual familiar, entre outros.

Quando uma família é assentada, com os documentos já legalizados junto ao INCRA e os trabalhadores de posse do título provisório da terra, uma vez o título de domínio definitivo da terra só sai depois de dez anos¹⁰³ como assentado, o primeiro passo dado pelo INCRA é a elaboração do Projeto de Assentamento¹⁰⁴ que, geralmente, é uma

¹⁰¹ Idem.

¹⁰² MANUAL DOS ASSENTADOS E ASSENTADAS DA REFORMA AGRÁRIA. O que é Programa Nacional de Reforma Agrária? Disponível em: www.incra.gov.br. Acesso: 05/02/04.

¹⁰³ De acordo com o INCRA, o Título de Domínio Definitivo é “o título que dá posse definitiva do lote à família nele assentada. Ele não pode ser negociado pelo prazo de 10 anos. Após o recebimento do Título de Domínio, o(a) beneficiário(a) tem 20 anos de prazo, com três anos de carência, para efetuar o pagamento em prestações anuais. Caso seja pago em dia, o valor terá uma redução de 50% sobre a correção monetária. Também terá desconto de 50% na prestação anual a família que mantiver na escola os filhos que tenham entre 7 e 14 anos. Os valores dos créditos de apoio à instalação e aquisição de material de construção são cobrados em separado. O que for gasto com obras de infra-estrutura, topografia e o plano de desenvolvimento dos assentamentos não é considerado dívida e portanto não é cobrado. As parcelas do empréstimo obtido por meio do Pronaf são pagas diretamente ao banco onde for realizada a transação do empréstimo”. Idem.

¹⁰⁴ Conforme o INCRA: “A criação do Projeto de Assentamento envolve procedimentos jurídicos e administrativos. O primeiro deles é o Ato de Emissão de Posse, quando o imóvel passa a ser de propriedade do Incra, que por sua vez emite a Portaria de Criação, autorizando as famílias selecionadas a se instalarem no assentamento e a receberem os recursos do Programa Nacional de Reforma Agrária”. Idem.

tarefa realizada pelo Movimento ao qual as famílias de assentados então vinculadas. De acordo com o INCRA, este projeto constitui, em linhas gerais

*uma unidade produtiva onde se desenvolvem atividades agroeconômicas, como agricultura, pecuária, artesanato, turismo rural, beneficiamento de produtos, agroindústria e outros. Essas atividades devem ser desenvolvidas de forma sustentável, preservando os recursos naturais e o meio ambiente, ou seja, é o lugar de moradia e de trabalho, onde uma comunidade de homens, mulheres, crianças, jovens e idosos vai enfrentar o desafio de organizar uma vida nova, construir formas de cooperação, definir regras de convivência*¹⁰⁵.

Embora esses procedimentos contidos no Programa, que variam conforme cada assentamento, sejam realizados de uma forma bastante incompleta quando colocados em prática, ainda assim eles servem ao menos para dar uma direção aos trabalhadores assentados no sentido de auxiliá-los sobre os passos que precisam ser dados para a organização e manutenção do assentamento. No caso específico do assentamento Rio das Pedras, o Programa de Assentamento foi elaborado pelo MTL¹⁰⁶, mas muito pouco de suas propostas de organização e estruturação da fazenda foi executada com a implementação do programa. No início desta etapa, o Movimento ajuda com maior intensidade, pressionando os órgãos públicos nesta direção, mas com o passar do tempo, as medidas a serem tomadas para consolidar o programa ficam mesmo a cargo dos trabalhadores.

Dentre as propostas principais do programa elaborado para a estruturação e organização do assentamento Rio das Pedras, foram priorizadas a implantação da rede de energia elétrica, a despoluição e canalização da água para todos os lotes e o sistema de esgoto em toda fazenda. A água e a energia somente foram definitivamente implementadas nos lotes em janeiro de 2004. Antes disso, os trabalhadores obtinham a água através da captação direta nas minas e nos córregos, freqüentemente poluídos pela água da chuva e contaminados pelos agrotóxicos utilizados na plantação nos lotes. Posteriormente, também captavam água nas cisternas construídas pelas famílias. A energia, apesar de não ter chegado a todos os lotes, encontra-se nas casas da maioria dos trabalhadores desde janeiro

¹⁰⁵ Idem.

¹⁰⁶ *Plano de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária. Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras, Uberlândia – MG.* Documento produzido pelo Movimento Terra, Trabalho e Liberdade, de 2002. Disponível na sede do Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL), à Rua Niterói, 1507, Uberlândia, MG, Brasil.

de 2004. Já a implantação da rede de esgoto ainda não tem previsão, os trabalhadores fazem uso das fossas sanitárias ou, como foi implantado por último, do sistema de biodigestores, com a orientação técnica da Prefeitura Municipal de Uberlândia.

A opção pela ocupação de terra.

Conforme as entrevistas realizadas no assentamento Rio das Pedras, os trabalhadores sem terra em geral têm constatado como problemas fundamentais da via governamental de acesso à terra, a morosidade em todo o processo causada pela burocracia do Estado durante os procedimentos de aquisição legal da terra. Muitos disseram ter tentado este meio, mas com o tempo, se deram conta de que esperavam por algo que certamente não seria concretizado, então desistiam, devido ao desânimo e à desconfiança no processo de cadastramento realizado pelo Estado.

Por esse motivo, os trabalhadores têm, como forma de acesso a um pedaço de terra, as manifestações sociais que realizam em todo o país. E uma parte dos resultados obtida nesta pesquisa mostra que as ocupações de terra continuam representando uma opção para inúmeros sujeitos desprovidos deste acesso. Opção caracterizada pela incerteza, pelo risco, pelas ilusões de melhorias de vida e por infinitos imprevistos. Apesar dos riscos de vida que enfrentam nessa empreitada, é nas ocupações de terra que os trabalhadores põem todas as suas esperanças de consegui-la, encarando a via do Estado como um caminho duvidoso. Portanto, mesmo não sendo o meio mais seguro de conseguir a terra, as ocupações têm sido a prioridade nas ações dos trabalhadores sem terra em direção ao seu acesso. Ainda que envolva a morte, os movimentos sociais de trabalhadores em conflito com proprietários rurais continuam sendo uma constante no Brasil, fato que tem como causa a inexistência de uma decisão e ação efetivas com relação à Reforma Agrária por parte do Estado. Nesses conflitos, ocorridos pelas ocupações devidas à inércia do Estado na realização da reestruturação fundiária do país, o que de mais forte tem prevalecido é a ausência do valor humano nas relações sociais. Fica uma pergunta. Afinal de contas, quanto vale a vida de um ser humano? Talvez a solução para o problema da concentração de terras no Brasil esteja entre os dois interesses que separam latifundiários e trabalhadores sem terra, mas uma solução mediada pela consciência do valor da vida.

CAPÍTULO II
ASSENTAMENTO RIO DAS PEDRAS
ENTRE OUSADIAS E DESAFIOS

CAPÍTULO II

ASSENTAMENTO RIO DAS PEDRAS ENTRE OUSADIAS E DESAFIOS

As ocupações de terra no Brasil.

A questão das ocupações de terras, hoje no Brasil, passou a ter uma grande importância no cenário nacional, tanto pelo fato de denunciar as injustiças historicamente praticadas contra os sujeitos sociais desprovidos de terra, mas também e principalmente, por revelar o movimento dos trabalhadores sem terra como um dos poucos que atualmente tem se mostrado capaz de contestar efetivamente o *status quo*, promovendo, a partir daí, o enfrentamento político em defesa dos direitos dos trabalhadores.

No entanto, ao retrocedermos na história dos movimentos dos trabalhadores sem terra, no Brasil, vamos observar que a luta pela terra não é um fato novo e além disso, os próprios enfrentamentos armados são de longa data. No período pré 1964, por exemplo, as lutas no Sudoeste do Paraná e em Trombas e Formoso (Goiás) merecem destaque. Antes disso, nos conflitos ocorridos em Canudos (Bahia) e no Contestado (fronteira entre Santa Catarina e Paraná), os camponeses já haviam enfrentado com armas o próprio Exército¹⁰⁷. De lá para cá, quase nada mudou, a violência continua sendo uma constante nos conflitos pela terra ocorridos no Brasil.

Ainda em 1996, “em Eldorado dos Carajás, dezenove trabalhadores foram assassinados por forças policiais do Estado e mais de cem outros ficaram feridos durante a Marcha por Emprego e Reforma Agrária ocorrida em 17 de abril de 1996”¹⁰⁸. Em todas estas lutas, percebe-se claramente o caráter violento das autoridades sobre os trabalhadores como a forma normalmente buscada para resolver o problema.

Entretanto, todos esses acontecimentos são parte dos resultados, diretos ou indiretos, de um contexto histórico anterior, marcado por um conjunto de circunstâncias constituídas de interesses políticos, econômicos e sociais, em que se sobressaíram os ideais

¹⁰⁷ MARTINS, José de Sousa. *Os camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1981, pp. 21 – 102

¹⁰⁸ MARKUS, Maria Elza. *Trabalhadores Sem Terra: Somo nós que é o Movimento*. Doutorado em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, (PUC-SP), 2002, p. 30.

dos mais fortes, em termos materiais, não levando benefícios aos trabalhadores de um modo geral, prejudicando os interesses desta camada, normalmente mais fraca, da sociedade.

Nesta direção, analisando os últimos 60 anos no Brasil¹⁰⁹, constatamos que a indústria foi, aos poucos, dominando as cidades e invadindo o campo, fazendo com que o número de pessoas que estavam morando e trabalhando na lavoura diminuísse, ocasionando uma redução dos postos de trabalho e um conseqüente aumento do número de desempregados nas cidades.

A fazenda tradicional, quase auto-suficiente em trabalho, moradia, alimentação, lazer, escola e igreja foi, aos poucos, perdendo seus moradores para as cidades, e com isso, desaparecendo. Por interesse de grande parte dos proprietários rurais e por iniciativa de muitos trabalhadores, estes por falta de uma política governamental de recursos de trabalho para o campo, houve um despovoamento das terras e os trabalhadores que nelas permaneceram ficaram somente pelo interesse na pequena remuneração e não devido a qualquer outro vínculo.

Mas, a conseqüência maior das transformações ocorridas no campo brasileiro possui ainda razões novas referentes aos anseios dos próprios fazendeiros, uma vez que “(...) o sistema agrícola brasileiro já não satisfaz aos objetivos de lucro da maioria dos proprietários, não corresponde às expectativas do país e do conjunto da população e não atende às necessidades mais elementares da massa trabalhadora do campo”¹¹⁰, levando os trabalhadores à falta de perspectiva com relação ao trabalho no campo e à procura por melhorias nas cidades.

A partir de 1980, as transformações ocorridas na produção, com o processo de automação do trabalho nos países capitalistas industrializados, tiveram repercussões e desdobramentos muito fortes no Brasil. O país passou por um processo profundo de transformações em sua base produtiva, marcado por intensa racionalização e flexibilização

¹⁰⁹ MARTINEZ, Paulo. *Reforma Agrária: Questão de Terra ou de Gente?*. São Paulo: Moderna, 1987.

¹¹⁰ Idem. p. 5.

no modo de produção do trabalho¹¹¹. Estas transformações, ocorridas especialmente na Região Metropolitana de São Paulo, trouxeram consigo a diminuição do potencial de trabalho disponível no mercado, dando lugar, entre outros fatores, ao trabalho informal e à conseqüente perda de direitos trabalhistas.

Neste sentido, “as políticas econômicas adotadas na década de 1990 estavam longe de ser eficientes no amparo ao trabalhador brasileiro. O período foi marcado pela redução dos postos de trabalhos formais, pela desvalorização da renda do trabalhador e pela significativa queda do poder de negociação dos sindicatos”¹¹², restando ao trabalhador tentar a sorte na realização de trabalhos autônomos os quais, possuindo seu lado positivo, observado na tentativa de autonomia do empregado em relação ao empregador, também traziam seu lado negativo, uma vez que os trabalhadores informais não mantêm resguardados os seus direitos trabalhistas.

Este período de intenso desemprego no Brasil levou os trabalhadores urbanos a uma situação econômica muito difícil, muitos passaram a viver em condições sub humanas. No Brasil, esses acontecimentos se dão porque

*o processo de desemprego em países como o Brasil é totalmente distinto do desemprego na Europa ou na América do Norte. O desemprego no Brasil leva populações à condição de miséria, coisa que não ocorre com os desempregados europeus, que têm sua existência respaldada pela intervenção organizada dos poderes do Estado, através de seguros e leis previdenciárias diversas que os protegem*¹¹³.

E o fato é que, o que parece descrever um radicalismo puro, na verdade descreve a própria realidade percebida no Brasil, no início de 1990, momento em que a precariedade, a carência e a miséria levaram famílias inteiras a suportar a falta dos elementos essenciais à vida, entre eles a própria alimentação, que não era suprida como deveria, o que pôde ser constatado nas favelas tanto do Rio de Janeiro quanto de São Paulo.

¹¹¹ ANTUNES, Ricardo. *Adieu ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 5 ed., São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 1998. p. 15

¹¹² ZAVALA, Rodrigo. Livro explica como os anos 90 foram negativos para o trabalhador. FOLHA ONLINE. 21/02/02. Disponível em: www.folha.uol.com.br/folha. Acesso: 03/04/03.

¹¹³ BAVA JR., Augusto Caccia. *Introdução à Sociologia do Trabalho*. São Paulo: Ática, 1990. p. 40.

Em decorrência dessas transformações ocorridas no processo de trabalho e, conseqüentemente, nas relações de trabalho, e sobretudo em sua própria vida, o trabalhador não encontra outra opção senão a de inserir-se no mercado informal de trabalho, no qual, na maior parte das vezes encontra sérias dificuldades de sobrevivência, somada à impossibilidade de retorno pelos anos de trabalho executado, através de benefícios estatais, como Aposentadoria, Seguro Desemprego, entre outros, ficando à mercê da própria sorte.

E isto se deve, em grande parte, ao fato de que o sistema capitalista brasileiro caracteriza-se pela grande concentração em poder de poucos, tanto da propriedade fundiária, como também dos capitais industriais, financeiros, da renda em geral e do poder político. Em face de tal situação, o trabalhador rural se vê forçado a abandonar seu objetivo de cultivar a terra perdendo as condições de prover a subsistência à sua própria família.

Como conseqüência desta situação, os conflitos no campo, iniciados no final do século XIX, percorreram a década de 1960 e prosseguiram pelo período de 1974 a 1990. E antes mesmo da elaboração do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República (PNRA), de 1985, as organizações e ocupações de terra já se faziam constantemente presentes no Brasil, intensificando-se em todo o país entre os anos de 1993 e 2002.

De 1985 em diante foi então o momento em que mais intensamente os trabalhadores sem terra, tanto urbanos como rurais, vislumbraram nas ocupações de terra a possibilidade de mudar de vida, de adquirir um pedaço de terra para plantar, visando ao sustento de suas famílias. Em 2003 houve uma relativa estabilidade no número de ocupações que, por sua vez, voltaram a fazer parte do cenário nacional com toda a força já no início de 2004.

Os assassinatos em confrontos pela terra.

Entretanto, de acordo com a última pesquisa realizada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), os assassinatos envolvidos nestes conflitos também aumentaram, eles subiram de 29, em 2001, para 43 durante o ano de 2002, marcando portanto um percentual de 48.3%

de aumento¹¹⁴, levando dor e angústia aos trabalhadores. Mas, apesar das pressões e ansiedades provocadas tanto pelas reações do Estado, por meio das ações policiais, quanto pela repressão dos fazendeiros através de seus capatazes, os trabalhadores não desistem do objetivo de ocupação de terras. Conforme a CPT, as mortes de trabalhadores em conflitos por terra em 2004 também continuaram com presença forte no cenário dos confrontos pela terra.

Outro fator a ser observado, e lamentado, se refere à impunidade com relação aos crimes executados contra os trabalhadores sem terra. O principal motivo disso ocorrer é que os policiais envolvidos freqüentemente não são julgados pelos seus atos, e quando isso acontece, eles são absolvidos, de modo que:

De 1985 a 2003, a Comissão Pastoral da Terra tem o registro de 1.003 ocorrências de assassinatos no campo, com 1.349 vítimas. Só foram julgados até hoje 75 casos. Nestes julgamentos foram condenados 65 executores e absolvidos 44. Já com relação aos mandantes, apenas 15 foram condenados, e 6 absolvidos. A impunidade tem sido a marca registrada dos crimes cometidos contra os trabalhadores e trabalhadoras do campo. Protegido pela trincheira da impunidade, o latifúndio continua a exercer livremente a violência¹¹⁵.

Por outro lado, foi constatado também que os últimos anos do governo de Fernando Henrique Cardoso foram profundamente perversos para os trabalhadores rurais¹¹⁶, tanto pelo aumento da violência, que não foi muito lembrada pela mídia, como para o objetivo de acesso a terra dos trabalhadores envolvidos nas ocupações, uma vez que os procedimentos a serem tomados pelos órgãos governamentais, após as ocupações, ficaram ainda mais demorados e os processos de vistoria do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) se emperravam na burocracia do Estado.

Somado ao acréscimo do número de assassinatos no campo, houve ainda um crescimento substancial do trabalho escravo em todo o país¹¹⁷. Esse tipo de exploração do

¹¹⁴ CANUTO, Antônio. Entre a euforia e a realidade. *Revista Conflitos no Campo: Brasil 2002*. Comissão Pastoral da Terra Nacional. Brasil. Edições Loyola, 2003.

¹¹⁵ Dezoito anos de registro revelam impunidade no campo. Comissão Pastoral da Terra (CPT). Disponível em: www.cptnac.com.br. Acesso: 23/04/2004.

¹¹⁶ Op cit.

¹¹⁷ Conforme Chiavenato: "Configura-se como trabalhador escravo o camponês que é impedido de deixar a propriedade e obrigado a exercer, forçosamente, suas tarefas. Geralmente o trabalhador fica preso ao patrão ao contrair dívidas no armazém da fazenda, que cobra preços abusivos. Enquanto não saldar a dívida, fica impossibilitado de sair. Vigiado pelos "seguranças", é caçado se tentar fugir e pode ser morto caso não volte

trabalho ocorre também em decorrência da concentração de terra no país, ou seja, o aumento da violência tem como uma de suas causas, a má distribuição de terras no Brasil.

Entretanto, se a vinda de camponeses para as cidades tende apenas a aumentar o desemprego já presente no meio urbano, uma alternativa seria evitar a migração dos trabalhadores rurais para as cidades, por meio de uma política governamental para a produção no campo, mesmo que esta se limite à subsistência. No entanto, esta proposta já possui seus entraves na própria propriedade privada da terra, a qual a maior parte dos trabalhadores rurais, e mesmo urbano, não tem acesso.

Deste modo, não resta alternativa ao trabalhador rural, senão tentar a sorte nas cidades, fato este que contribui para retardar ainda mais a concretização de uma reforma agrária no Brasil. A respeito destas questões, as reflexões de José Graziano da Silva são relevantes quando o autor ressalta:

Não há dúvida, portanto, de que, nas condições brasileiras, o campo é o lugar adequado para uma política de geração de empregos. A pergunta é: como fazer investimentos públicos no campo? Eles terão que ser feitos nas terras de alguém – ou pelo menos em benefício de alguém. Se não quisermos favorecer os mesmos de sempre (os grandes proprietários rurais), a reforma agrária aparece, sem dúvida, como uma das alternativas¹¹⁸.

Objetivando superar estas dificuldades, alguns segmentos daqueles trabalhadores se organizaram e unificaram seus interesses e aspirações em torno do objetivo de ter acesso à terra e aos meios de nela permanecer. Por meio de uma identificação de interesses, os trabalhadores organizam estratégias de ação, pondo em prática os códigos comportamentais adquiridos ao longo de suas experiências de vida.

E ter acesso à terra foi exatamente o fim último para o qual os atuais moradores da fazenda Rio das Pedras se dispuseram, a 14 de abril de 1997, a se organizar, junto ao Movimento de Luta pela Terra (MLT), e ocupar as terras dessa fazenda, tendo em mente o seu cultivo para o sustento de suas famílias, visando à constituição de um projeto de vida

pacíficamente.” In: CHIAVENATO, Júlio José. *Violência no campo: O Latifúndio e a Reforma Agrária*. 6 ed. São Paulo: Moderna, 1998, p. 11.

¹¹⁸ SILVA, José Graziano da. *Para Entender o Plano Nacional de Reforma Agrária*. São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 36.

comunitário e à afirmação de um novo modo de trabalho, baseado na ação conjunta do labor na terra conquistada.

Neste sentido, o principal motivo que os levaram à ocupação foi, sem dúvida, a falta de oportunidades de melhores condições de trabalho e de vida no meio urbano, fato que lhes impedia de ter uma existência segura e digna. Acima de tudo, a maior esperança daquele grupo de trabalhadores sem terra era constituir uma nova vida baseada num trabalho autônomo, no qual eles pudessem ser donos do seu próprio negócio.

O processo de ocupação da fazenda Rio das Pedras.

Com uma área total de 1908,63 ha, a fazenda Rio das Pedras se localiza a 23 km da sede municipal de Uberlândia pela BR365 que interliga Uberlândia e Ituiutaba. Situa-se na microbacia hidrográfica do Rio Uberabinha, mais especificamente na sub-bacia do Rio das Pedras. Sua ocupação se deu em 14 de abril de 1997¹¹⁹, quando 170 famílias se estabeleceram no local. A respeito do ato de ocupação realizado pelos trabalhadores junto ao Movimento, os jornais de Uberlândia já anunciavam ainda no dia seguinte:

O Movimento de Luta Pela Terra (MLT) promoveu ontem a primeira ocupação de terras em Uberlândia. Duzentas famílias estão acampadas na fazenda Rio das Pedras, de propriedade de Josias Freitas, distante 20 quilômetros do centro, desde às 4 horas da manhã de ontem. As famílias foram transportadas em dez caminhões e três ônibus até o local. O acampamento fica próximo ao Rio das Pedras, lugar onde os sem terra tomam banho e tiram água para beber e fazer a comida. Cerca de 120 crianças estão no acampamento e até o fim da semana será feito um levantamento para indicar o número exato de famílias acampadas na fazenda¹²⁰.

A opção por ocupar a fazenda durante a madrugada foi feita buscando encontrar a outra parte envolvida, desprevenida, o proprietário da fazenda no caso, para que o processo se iniciasse ocorrendo de uma forma mais ou menos controlada pelos sem terra, pelo menos até o momento em que apenas os trabalhadores sabiam que a ação de ocupação aconteceria.

Como reação à ocupação de sua fazenda pelos trabalhadores sem terra, o proprietário, Josias de Freitas, médico, 83 anos de idade, residente no Rio de Janeiro,

¹¹⁹ MOVIMENTO TERRA, TRABALHO E LIBERDADE – (MTL). *Plano de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária. Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras, Uberlândia.*

¹²⁰ *Jornal Correio* – Ano 54, nº 17458, de 15/04/1997.

propôs a *Ação de Reintegração de Posse*¹²¹ contra o Movimento, na época, o Movimento de Luta pela Terra (MLT). No entanto, a liminar expedida pelo Juiz da 8ª Vara Cível da Comarca de Uberlândia em favor do proprietário foi suspensa pelo Tribunal de Alçada, em Belo Horizonte, permitindo a permanência das famílias no local.

Para a ocupação da área, o MLT fez um trabalho de organização das famílias que durou cerca de oito meses. Eram pessoas oriundas da própria periferia da cidade de Uberlândia e até mesmo de outras cidades, como por exemplo, Campo Florido, Capinópolis, Limeira D'Oeste, Vazante, Oliveira, Prata, Ituiutaba, Estrela de Indaiá, Quirinópolis, Iturama, Ilhéus, São Paulo, Florana, etc¹²². O ato da ocupação ocorreu de forma pacífica, não havendo confronto direto com o proprietário do imóvel, que nem mesmo foi ao local.

O trabalho de base, por sua vez, consistiu na organização das famílias e foi realizado pelo Movimento junto aos trabalhadores sem terra tendo o objetivo não apenas de unificar as famílias interessadas no ideal de ocupação de terra, havia também toda uma preparação nos encontros e nas reuniões realizadas, no sentido de passar uma identidade cultural coletiva e política em torno do objetivo e do direito do acesso a terra.

As nuances que envolvem o direito à propriedade privada da terra, como por exemplo, o fato de que, conforme o Estatuto da Terra, as terras latifundiárias¹²³ ou

¹²¹ Conforme o INCRA, esta ação constitui a primeira medida legal que um proprietário de terra deve realizar logo que tem sua propriedade ocupada por manifestantes de trabalhadores sem terra. É o primeiro passo legal a ser dado para tentar conseguir sua propriedade de volta. Disponível em: www.incra.gov.br. Acesso: 15/12/03.

¹²² De acordo com o MOVIMENTO TERRA, TRABALHO E LIBERDADE – (MTL). In: *Plano de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária. Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras, Uberlândia*. E ainda conforme entrevistas aos assentados.

¹²³ Segundo o Estatuto da Terra, as áreas prioritárias de reforma agrária visam à exploração “dos limites permitidos de áreas dos imóveis rurais, os quais não excederão a seiscentas vezes o módulo médio da propriedade rural nem a seiscentas vezes a área média dos imóveis rurais, na respectiva zona” e ainda à exploração do imóvel rural que “tendo área igual ou superior à dimensão do módulo de propriedade rural, seja mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, ou seja deficiente ou inadequadamente explorado, de modo a vedar-lhe a inclusão no conceito de empresa rural”, e em ambos os casos, estes imóveis são configurados como *latifúndios* pelo Estatuto. Art. 46, § 1º, alínea b e Art. 4º, V, alínea b, respectivamente. *Estatuto da Terra*, Lei Federal de 30 de novembro de 1964. (Organização dos textos, notas remissivas e índices por Juarez de Oliveira.) 7 ed. São Paulo: Saraiva, 1990).

improdutivas¹²⁴ são passíveis de desapropriação por parte do Estado, são noções que os líderes do Movimento cumprem o papel de passar aos trabalhadores. Esta constitui na verdade a primeira tarefa realizada pelo Movimento, que pode se dizer de caráter fundamentalmente político, pois leva aos trabalhadores o conhecimento dos seus próprios direitos constitucionais enquanto cidadãos brasileiros.

Os trabalhadores, por sua vez, vêem o papel do Movimento como uma parte fundamental não apenas dos intuitos perseguidos pelo grupo, mas de sua própria formação política. O Movimento cuidou da parte jurídica que envolve o momento anterior à ocupação, tomando todas as primeiras iniciativas legais para saber se aquela propriedade era passível de ser desapropriada pelo INCRA.

Após a primeira avaliação do Grau de Utilização da Terra (GUT), feita alguns dias antes da ocupação, em 1997, por Luís Carlos Galante, na época coordenador do MLT, a propriedade, de 500 alqueires de terra, foi considerada improdutiva, pois apenas 20% dela produzia soja¹²⁵. Mas, neste momento, a fazenda ainda não tinha sido vistoriada pelo INCRA.

Em resposta a Luís Carlos Galante, acerca dos resultados do GUT, o advogado de Josias de Freitas contestou a informação, afirmando que a plantação ocupava 50% da área e o restante era utilizado para pastagens¹²⁶. Esta constatação porém não foi confirmada pelo INCRA que, meses depois, em seu Laudo de Vistoria¹²⁷, identificou a terra como improdutiva e os trabalhadores puderam ser assentados na fazenda um ano e meio após a ocupação. Deste momento em diante, o Movimento já priorizara outro objetivo, arrecadar recursos estatais, sempre junto aos trabalhadores, para que as primeiras plantações fossem iniciadas, de modo que suas lideranças continuaram próximas dos assentados, ajudando-os.

¹²⁴ Para saber se a propriedade é produtiva ou não o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) avalia o Grau de Utilização da Terra (GUT). "O GUT determina que 80% da propriedade esteja em plena produção para que não seja considerada improdutiva". Uberlândia assiste à primeira ocupação de terras. *Jornal Correio* – Ano 54, nº 17458, p. 9, de 15/04/1997.

¹²⁵ Idem. p. 9.

¹²⁶ Idem. Ibid. p. I.

¹²⁷ O *Laudo de Vistoria* consiste na visita do INCRA à propriedade para a realização da análise do Grau de Utilização da Terra (GUT). É o primeiro ato formal tomado pelo órgão do Estado após uma ocupação de terra. Disponível em: www.incra.gov.br. Acesso: 20/01/2004.

Passado o período de seleção das famílias e os preparativos para saber sobre o caráter da propriedade, se esta era produtiva ou não, alguns dias após o ato formal de assentamento, as lideranças locais do Movimento ainda permanecem em constantes visitas ao assentamento, procurando estar por dentro das principais necessidades dos assentados e sobre os desdobramentos do processo de aquisição dos lotes pelas famílias assentadas. Segundo Célia Umberlini, trabalhadora assentada, no dia da ocupação vieram todos juntos para a fazenda, famílias de trabalhadores e lideranças do MLT e mesmo

(...) depois eles continuaram assim por uns quatro ou cinco meses, assim, internamente né. Depois eles já via assim que a coisa já tava mais ou menos encaminhada. E fica os coordenadores que são tirados da comunidade mesmo né? Ai os o Movimento vai cuidá da vida deles pra lá, primeiro eles vem faz assembléia¹²⁸.

As assembléias consistiam, no início do processo de ocupação e nos primeiros anos após o assentamento, a forma mais forte de exercer e pôr em prática a identidade coletiva e os interesses comuns entre os trabalhadores assentados. Era nestas reuniões que os trabalhadores, o presidente e o vice-presidente do assentamento, bem como as lideranças do Movimento, discutiam acerca do modo como a terra seria trabalhada, se a produção iria se dar de forma particular ou coletiva, que tipo de plantação seria priorizada inicialmente, que espécies de criação traria mais vantagens em termos de subsistência¹²⁹ para todas as famílias.

As mudanças na denominação do Movimento.

É importante informar ainda que na fase de ocupação da fazenda e mesmo no momento de elaboração do plano desta pesquisa, o Assentamento Rio das Pedras ainda estava vinculado ao Movimento de Luta pela Terra (MLT).

Posteriormente, com alterações ocorridas no âmbito do Movimento, aquele assentamento passa a estar vinculado ao Movimento de Libertação dos Sem Terra de Luta (MLST de Luta), cujo objetivo central consistia na reivindicação de terra e liberdade, no sentido de se possuir meios para realizar os anseios de cultivar a terra, tirando dela o sustento das famílias envolvidas.

¹²⁸ Entrevista cedida à autora em agosto de 2003.

¹²⁹ Entrevista cedida à autora em janeiro de 2004.

E em agosto de 2002, houve uma outra alteração na denominação do Movimento. Foi realizado naquele mês um encontro em Goiânia entre lideranças, trabalhadores e trabalhadoras militantes em diferentes movimentos de luta pela terra de todo o país, em que três movimentos se unificaram – Movimento de Luta Socialista (MLS), Movimento de Libertação dos Sem Terra de Luta (MLST de Luta, ao qual era vinculado o Assentamento Rio das Pedras) e Movimento dos Trabalhadores (MT), formando uma única instância denominada Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL)¹³⁰ da qual faz parte, hoje, o Assentamento Rio das Pedras.

Marcadamente necessários para definir ou redefinir não apenas os ideais, mas também a própria denominação do Movimento, os encontros e as assembléias, por sua vez, consistiam no momento de deixar claro aos trabalhadores tanto o valor da bandeira do MTL, como a importância de suas idéias e concepções políticas.

O principal símbolo da bandeira do Movimento, o globo terrestre, simboliza a terra, que deveria ser bem repartida entre todos. Mais que uma concepção política, o globo representa ainda uma tomada de posição diante do modo como a terra está repartida no país bem como uma oposição velada ao sistema capitalista de produção baseado na propriedade privada da terra, e em favor do socialismo¹³¹. Uma posição dos trabalhadores sem terra, figura central dos símbolos do Movimento, concretizada em suas ações de ocupação de terra.

Como podemos perceber, as lideranças do Movimento, avessas ao capitalismo, tratam de passar esta mentalidade aos trabalhadores, o que ocorre nas assembléias realizadas no assentamento. Além disso, a cada reunião, ficava estabelecido que todas as famílias presentes convidassem, para a próxima reunião, uma outra família interessada na ocupação, de modo a fortalecer o Movimento e o ato da ocupação em si. Esse

¹³⁰ MOVIMENTO TERRA, TRABALHO E LIBERDADE. *MANIFESTO 2002*. Disponível na sede do Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL), à Rua Niterói, 1507, Uberlândia, MG, Brasil. p. 1.

¹³¹ Esses ideais puderam ser claramente observados no *Manifesto do Movimento de agosto de 2002*, no qual os líderes militantes afirmam: “Nossas trajetórias, mais que promoverem enfrentamentos de cunho exclusivamente reivindicatórios, pautadas sempre na perspectiva de superação da ordem capitalista, nos possibilitaram também, o acúmulo de importantes reflexões sobre a estratégia socialista dos trabalhadores, do qual não abrimos mão. Lutamos por um novo socialismo, com liberdade e democracia. Um socialismo só possível em escala internacional. Só possível a partir da organização e ação direta das massas. Sustentamos

procedimento, aliás, tem sido também utilizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Ao realizar pesquisa sobre os movimentos dos trabalhadores em reivindicação de terra, com o objetivo de compreender a organização e a trajetória do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em Rondonópolis, no estado de Mato Grosso¹³², Maria Elza Markus diz que o procedimento de juntar as famílias denomina-se *método multiplicador*, no qual os trabalhadores assumem o compromisso de trazer, a cada nova reunião, sempre mais uma família para fortalecer o grupo. Esta é mais uma estratégia política utilizada pelo Movimento, junto aos trabalhadores sem terra, para pressionar o governo no sentido de alcançar a Reforma Agrária e afirmar ainda mais o Movimento.

De outra forma, esse ato constitui também uma ação de precaução das lideranças às ações policiais, uma vez que, possuindo um maior número de trabalhadores, o grupo se torna mais forte e as reações por parte do Estado contra a ocupação ficam, possivelmente, mais brandas.

Entretanto, o processo de ocupação da fazenda Rio das Pedras ocorreu de forma bastante pacífica. Foi negociado um prazo para a interposição de recurso contra a liminar proferida pelo Juiz da 8ª Vara Cível da Comarca de Uberlândia em favor do proprietário.

Ao local da ocupação foi enviado um grande contingente de policiais militares como forma de exercer pressão sobre os trabalhadores acampados, mas ainda assim não houve confronto¹³³. Ocorreram conflitos com os arrendatários do imóvel ocupado, que também propuseram ações de reintegração, mas suas liminares foram suspensas pelo Tribunal de Alçada, afastando-os definitivamente do imóvel.

O dia da ocupação, por sua vez, foi o momento de maior entusiasmo dos trabalhadores, que tinham uma forte esperança de conseguir uma porção de terra daquela

que outros movimentos, como o MTL, devem carregar nas suas lutas a estratégia da destruição do sistema do capital, tarefa não exclusiva dos partidos políticos". Idem.

¹³² MARKUS, Maria Elza. *Trabalhadores Sem Terra: Somo nós que é o Movimento*. Doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, (PUC-SP), 2002. p. 30.

¹³³ MOVIMENTO TERRA, TRABALHO E LIBERDADE – (MTL). *Plano de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária. Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras, Uberlândia*.

fazenda. Passadas algumas semanas, o clima ainda era de festa na fazenda, como se de fato os trabalhadores já tivessem conseguido realizar seu principal objetivo. Sobre aqueles dias que se seguiram à ocupação, o senhor Davi Agenor dos Santos afirmou:

Quando tá em acampamento parece que é melhor, o povo tudo é reunido né? Parece que tudo é festa! É reunião todo o dia, tinha, é, fazia assembléia, aí nós, o, o fazendero, não, acho que foi o subrinho dele, um tal de Nenê que era o subrinho dele, e tava dominano aqui né, chamou a polícia e veio dois soldado aqui. Eles veio, olhô lá, mais num fez nada, aí, passado uns dia veio a polícia, ficou acampada lá uns dia né mais aí teve a liminar de despejo, mais aí num conseguiram né, despejá não. É, o Josias mandou fazer. Mais também tinha um advogado aí que era (Inaudível), mas era pinta braba. (...). Aí nós conseguimos ganhá a liminar né!¹³⁴

Porém, das 170 famílias acampadas na fazenda Rio das Pedras, apenas 87 foram assentadas. Destas, foram analisadas 83, totalizando 315 moradores¹³⁵ distribuídos em 154 adultos, entre 22 e 60 anos, 15 idosos, acima de 60 anos e 76 crianças na faixa etária de 0 a 12 anos, todos de ambos os sexos. Eram pessoas, em sua maioria, de origem rural, cujos pais viveram no campo e a mudança para a cidade se deu por conta do êxodo rural motivado pelo objetivo de encontrar melhores condições de vida no meio urbano.

Os hábitos rurais adquiridos ao longo de suas experiências de vida nos momentos de trabalhos e nas labutas diárias no campo foram, deste modo, significativos para eles na constituição da nova realidade, ao serem assentados, tendo em vista os anseios dos trabalhadores pelo labor na terra conquistada.

Ao longo desse caminho, porém, antes de serem assentados, aqueles trabalhadores passaram por muitos maus momentos. Acampados em barracos de lonas, com uma quantidade ínfima de mantimentos, já que não tinham a certeza se iam ou não permanecer naquela fazenda, as famílias de trabalhadores não tinham nem mesmo como conseguir água potável para preparar seus alimentos ou mesmo para saciar a sede. E deste modo permaneceram por um ano e meio, momento em que foram legalmente assentados. A respeito deste período, o senhor Iraci Alves dos Santos, trabalhador assentado na fazenda desde o dia de sua ocupação, diz que foi um dos piores momentos de sua vida, quando foi

¹³⁴ Entrevista cedida à autora em janeiro de 2003.

¹³⁵ Idem. Op. Cit.

obrigado a fazer certas coisas que jamais sonhara ter coragem, e relembra com as seguintes palavras:

A gente ficô acampado, um ano e oito mês acampado, nem café pra nós bebê nós tinha. Cada vez que ia pedi esmola na cidade, nomearam logo eu que nunca tinha pedido nada a ninguém. Eu saí daqui chorando pra i pedi esmola na cidade. Pra onde nós vai? Vamo pro São Jorge, o pessoal lá é mais sofrido, tem mais dó de gente pobre, nós foi tudo pro São Jorge. Todo dia nós trazia uma perua cheia, arroz, feijão, cada um dava o tantinho que podia. Ai nós foi vivendo assim..., vivendo assim..., até saí um tal de crédito de fomento que chama, crédito de fomento é quando a gente vai vim pra dentro dos lote. Ai viemo pros lote, viemo pros lote. Cabô aquele crédito de fomento, começamo sofrê de novo..., de novo sofrendo. Quantas vezes eu tava capinando do outro lado ali, eu tuntiava de fome, num tinha, meu barraquinho era ali ô, tuntiava de fome, falei há, eu num güênto mais, vinha praqui, descansava um pouco. Coisa que eu nunca tinha comido era beterraba, brinjela, ai a gente pegamo brinjela velha lá onde que (inaudível) aquele pessoal (inaudível) onde que é jogado, lá na cidade sobra né? Ai a vizinha ia buscá de carrim de cavalo, passava no meu barraco aqui pra me dá um pouco, dava um pouco pra outra ali e tal. Nós passava tudo ali. Então muitas pessoa que num sabe, fala há!, o Rio das Pedra (Assentamento) tem tudo, mais é mentira, mentira deles, aqui até hoje num tem nada¹³⁶.

Segundo o senhor Iraci dos Santos, um dos problemas principais encontrados pelos trabalhadores ao longo dos dois primeiros anos de assentamento aconteceu por parte do Estado. Num primeiro momento, o governo concedeu os financiamentos para os trabalhadores plantarem, mas não concedeu, simultaneamente, os técnicos para auxiliá-los, de modo que, quando estes vão ao assentamento fornecer a capacitação aos trabalhadores, os financiamentos já foram gastos em outras compras pelos trabalhadores, não restando nada para a plantação. Conforme o senhor Iraci, quando ele precisava de assistência técnica não apareceu ninguém, quando estava plantando café também não apareceu nenhum técnico¹³⁷, agora que apareceu, ele já sabe como trabalhar a terra, mas acha que poderia ter plantado a muito mais tempo se isso não tivesse ocorrido.

Mantendo uma opinião semelhante, Célia Umberline ressalta a falha administrativa do Estado com relação à estruturação do assentamento Rio das Pedras, a falta de planejamento, uma vez que, conforme Umberline, realmente “não adianta ocê tê assistência técnica se ocê não tem o recurso pra corrigi. Primeiro na época que tinha os crédito, que

¹³⁶ Entrevista cedida à autora em outubro de 2002.

¹³⁷ Entrevista cedida à autora em agosto de 2002.

teve os crédito, num tinha os técnico, agora que num tem dinheiro pra plantá, tem assistência técnica (risos). Daí cê vê o tamanho da contradição (risos)”¹³⁸. Deste modo, podemos perceber que as ações do Estado para a implementação de assentamentos provenientes das pressões dos trabalhadores sem terra sobre o latifúndio, não são acompanhadas de um planejamento administrativo e técnico adequado e que dê conta de evitar esse tipo de problema, podendo levar ajuda efetiva aos trabalhadores.

Disso decorre toda uma série de consequências inesperadas na vida concreta dos trabalhadores, que saem da cidade para tentar a sorte no campo, mas quando chegam enfrentam situações as mais adversas possíveis, nas quais a *melhoria nas condições de vida* está longe de ser alcançada com a ‘nova’ realidade. Para Célia Umberline, assim como para a maioria dos trabalhadores¹³⁹, a maior dificuldade a ser superada tem sido a falta dos elementos essenciais à produção e, sobretudo, à vida em si, como a falta de água e, em menor grau, mas não menos importante, a energia e o transporte:

Pra nós a maior dificuldade é a bendita água né?. Há! A energia eu sempre falo, a energia ajudava muito que, por exemplo, cê pode ter duas vaquinha, mais se cê fizê um queijo por dia e de qualidade, tudo bem né? Agora, aqui do jeito que nós faz minha filha não dá. E transporte, que é as únicas coisas que pega muito, a gente aqui, eu e ela (Vilma, a vizinha) fazia, no passado a gente trabalhô fazendo doce e queijo, tinha dia nós, cê vê a distância do posto né?, pra nós ir e voltá à pé a gente..., pra ir até que o filho dela levava a gente, ora de caminhonete ora de moto né, mais pra voltá de tarde nós tinha que, cê vê a gente ia vendê os queijo, a gente trazia mais era pra casa. A gente ia duas vezes por semana num é Vilma? Como num dá pro cê fazê uma compra e trazê na cabeça de lá aqui, todo dia que nós vinha nós vinha com um peso, que todo dia que nós ia e voltava nós tinha que trazê peso né, trazia um pouco cada dia. Então a dificuldade maior nossa aqui é a água. Agora, a tal da energia já vai sai né?, ai fica a água ainda, fica a água e o transporte”¹⁴⁰.

Conforme o senhor Iraci, a culpa não é somente do Estado, pois existem muitos trabalhadores que, na verdade, não pensam nem mesmo em plantar na terra, não se esforçam para isso, não faz a sua parte, e acabam com o primeiro, com o segundo, e ainda com outros financiamentos, e após isto vendem¹⁴¹ seus lotes e voltam para a cidade, permanecendo em dívida com o governo.

¹³⁸ Entrevista cedida a autora em setembro de 2002.

¹³⁹ Conforme entrevistas realizadas.

¹⁴⁰ Entrevista cedida a autora em outubro de 2002.

¹⁴¹ Conforme Juariez de Souza, presidente do assentamento, o trabalhador somente recebe o título definitivo da terra após 10 anos morando nela, possuindo, a partir daí, o direito de vendê-la. Porém, o INCRA abre mão

Certos trabalhadores acabam mesmo preferindo trabalhar fora do assentamento que em sua terra, mesmo possuindo recursos para plantar. Sendo que a maioria, apesar de desejar realizar o plantio em sua própria terra, não possui subsídio para isso, uma vez que, na maioria das vezes, os recursos provenientes do governo são insuficientes ou, por outro lado, são muitas vezes mal administrados pelos inexperientes trabalhadores.

Por outro lado, poucos são os trabalhadores que, como o senhor Davi Agenor dos Santos, por exemplo, está contente com sua nova vida no assentamento. Quando questionado acerca dessa realidade vivenciada, ele afirma: “Lá em Uberlândia?, lá eu trabalhava de servente de pedreiro, trabalhei na prefeitura. Há! Eu acho melhor, acho bão aqui né? É mais assim sossegado né?”¹⁴². Disto se apreende que o senhor Davi julga melhor a sua vida no campo pelo fato deste espaço ser mais tranquilo e não necessariamente melhor em termos materiais.

Desse modo, tem-se que o fato de alguns plantarem e outros não, possui razões as mais diversas possíveis, fato que encontra seus desdobramentos na sociedade, uma vez que “o trabalho de cada um contribui, necessariamente, para a difusão do perfil da vida em sociedade, isto é, de todos os indivíduos e não só dos que trabalham”¹⁴³, como bem lembrou Bava Júnior.

Outro problema observado durante as entrevistas e visitas aos trabalhadores encontra-se no número de bares existentes no assentamento. De acordo com os trabalhadores entrevistados, a ocorrência de casos de alcoolismos no assentamento é algo muito comum e corriqueiro.

Assim, apesar de uma certa homogeneidade nas formas de reivindicações de terra nos vários conflitos particulares ocorridos no país, os movimentos de trabalhadores despossuídos de terra no Brasil apresentam uma heterogeneidade de relações sociais, englobando ‘frações específicas’ dos trabalhadores sem terra. Sobre isto Grzybowski ressalta:

para as famílias que não conseguem, de nenhuma forma, sobreviver na terra adquirida, é quando ocorre a venda. De acordo com Juariez, 40 dos 186 lotes já foram vendidos na fazenda Rio das Pedras.

¹⁴² Entrevista cedida a autora em 23/08/2003.

¹⁴³ BAVA JR. Augusto Caccia. *Introdução à Sociologia do Trabalho*. São Paulo: Ática, 1990. p. 17.

Na realidade, contam-se por milhões os trabalhadores rurais sem terra no Brasil. Mas não são todos os que não têm terra que agem e pensam como os camponeses e aspiram ter terra. Além disso, são frações específicas destes camponeses sem terra que se incorporam ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem – Terra, revelando, (...) a diversidade de relações sociais como um elemento configurador dos movimentos sociais de trabalhadores rurais¹⁴⁴.

Durante a pesquisa, essa heterogeneidade pôde ser constatada. Há diversos sujeitos sociais inseridos no processo de reivindicação de terra. Por exemplo, a maioria dos trabalhadores estudados possui o objetivo de conseguir a terra, plantar conjuntamente, em benefício de todos, e morar no assentamento com a sua família. Esse tipo de trabalhador incorpora perfeitamente os ideais do Movimento, fazendo parte da coletividade e encarando os objetivos do grupo como os próprios.

Por outro lado, há também aquele trabalhador que, apesar de desejar um pedaço de terra para plantar e viver com sua família, prefere trabalhar individualmente, rejeitando as sugestões de trabalhos coletivos por parte do Movimento. Existem ainda outros tipos de trabalhadores sem terra os quais vêm no acesso a terra a possibilidade de voltar a morar na cidade. Estes trabalhadores, quando conseguem a terra, com o passar de algum tempo, acabam por vendê-la, retornando ao meio urbano. E há também os que vendem a terra por não conseguirem nela permanecer, haja vista a falta de recursos.

Contudo, ocorre também a existência de trabalhadores que encaram o Movimento, a vida em si no assentamento, como uma fuga das cobranças da sociedade do trabalho, estes sabem, quase que unicamente, reclamar constantemente da sua vida, do Estado, do Movimento, do tempo, da má sorte de terem nascido pobres e de si mesmos, julgando-se incapazes de mudar de vida por seus próprios esforços. Enfim, há os trabalhadores que desejam e os que não desejam mudar de vida.

Dai o motivo do Movimento ser substancialmente *heterogêneo*, um fato que constitui, na verdade, o pior problema para a realização dos objetivos perseguidos pelos trabalhadores que potencializam todas as suas forças na realidade do assentamento, e

¹⁴⁴ GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo*. 3 ed., Petrópolis: Vozes, 1991. p. 34.

acreditam na possibilidade de melhorar suas condições de vida, por meio de uma existência mais digna.

A organização do assentamento.

O Assentamento Rio das Pedras é disposto em três categorias de organização formal: uma associação dos assentados, em que participam todas as famílias, uma associação das mulheres, com a participação de 32 famílias e uma cooperativa em fase de estruturação, que contava com 60 cooperados quando de sua elaboração, um ano e meio após o assentamento das famílias, mas que atualmente está com seu projeto abandonado.

Na fase inicial do assentamento, foram formados oito grupos por afinidade entre as famílias, como parentesco, amizade, origem, objetivos, etc. Com a junção de alguns deles, hoje existem quatro grupos, cada um contando com um coordenador, mas todos têm se esvaziado freqüentemente a cada dia após o terceiro e o quarto ano de existência.

Durante os primeiros cinco anos do assentamento, as reuniões aconteciam duas vezes por mês ou mais, entre os coordenadores e, após cada reunião, estes representantes se reuniam com seus respectivos grupos para passar os resultados e discutir os temas. Atualmente, com os grupos esvaziados, as reuniões se dão uma vez por mês, e contam com a presença de poucos trabalhadores, tendo em vista que os compradores, novos moradores do assentamento, constituem um diferencial na rotina do assentamento¹⁴⁵. Muitos destes compradores comparecem às assembléias no início, quando compram o seu lote, mas com o tempo, vão percebendo diferenças na maneira de pensar e de encarar o processo de trabalho no assentamento.

Ao longo da organização do assentamento, os trabalhadores tiveram apenas uma experiência de cultivo coletivo¹⁴⁶ que se deu na época do assentamento, há mais de cinco anos atrás, quando muitas famílias se uniram em grupo e produziram vários tipos de hortaliças que eram consumidas ou comercializadas nas cidades vizinhas e no âmbito do

¹⁴⁵ Entrevista cedida à autora em janeiro de 2004.

¹⁴⁶ MOVIMENTO TERRA, TRABALHO E LIBERDADE – (MTL). *Plano de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária. Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras, Uberlândia.*

próprio assentamento e esse foi, portanto, o período de maior união dos trabalhadores ao realizar a produção.

Logo após o parcelamento das terras houve apenas duas tentativas de trabalho coletivo, uma em 1998/99¹⁴⁷ e mais recentemente com a formação de um viveiro coletivo que se encontra abandonado. Neste sentido, o *individualismo* constitui a marca forte nas relações de trabalho, havendo uma grande falta de conhecimento de práticas associativas e cooperativas na produção do trabalho, outro fato que contribui negativamente para a força de ação do grupo.

Esta cultura de individualismo acentua-se ainda mais quando se trata do relacionamento dos assentados com seus vizinhos de entorno da fazenda. Para isso, muito tem contribuído o preconceito existente contra os assentados, associado geralmente a uma incompreensão dos seus atos e concepções políticas em relação à forma de reivindicar a terra por meio da ocupação em vistas a obtenção de melhorias estruturais para o assentamento.

Ao diz respeito à população economicamente ativa, entre os assentados, cerca de 54% dela tem algum tipo de ocupação, ainda que fora do assentamento. Mais ou menos 20% dos assentados adultos trabalham de empreita em serviços de roças e na cidade, exercendo ainda funções de pedreiros e serventes¹⁴⁸. A maioria destes trabalhadores desenvolve suas atividades de maneira informal, sem carteira assinada. Quase não há relações de parcerias e de meeiros nas relações de trabalho.

No caso das famílias que trabalham exclusivamente com as culturas de subsistência, o que é o caso da maioria, deixando de lado ainda uma parcela que não planta nada¹⁴⁹, o trabalho é realizado entre os meses de setembro e janeiro, com plantio, tratos das culturas e colheitas, havendo ociosidade da mão-de-obra nos meses de fevereiro e agosto, período da entressafra. A plantação, contudo, se dá ainda de forma bastante precária, embora, hoje, os trabalhadores que permaneceram na fazenda na lida com a terra, já possuem uma boa noção de plantio, através dessas experiências, à exceção, claro, dos

¹⁴⁷ Idem.

¹⁴⁸ Idem.

¹⁴⁹ Idem. *ibid.*

compradores, que não estão sendo analisados aqui, os quais possuem também uma trajetória de vida diferente.

Mas, no geral, como a demanda atual no assentamento tem ocupado apenas o trabalho de homens adultos, os jovens acima de 16 anos ficam sem trabalhar, restando uma potencialidade de mão-de-obra que pode ser aproveitada com a introdução de outras atividades econômicas para aumentar a renda familiar.

A assistência técnica do governo aos assentados.

A assistência técnica concedida aos assentados ocorreu em 1998, quando uma equipe do Projeto Lumiar permaneceu no assentamento pelo período de um mês. Porém, a formação desta equipe não se confirmou e os trabalhadores ficaram sem assistência durante o período de plantio como pôde ser constatado através das narrativas de experiências de trabalhadores, ocasionando desmotivação entre os assentados.

Entre novembro/1999 e junho/2000, formou-se outra equipe do Projeto Lumiar, composta por um agrônomo e um técnico agrícola. Eles elaboraram projetos de investimento a serem financiados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Ocorre que, sem condições de acompanhamento na implantação do projeto, a equipe foi desfeita em julho de 2000.

Já no período referente aos meses de novembro/2000 e janeiro/2001, formou-se novamente outra equipe de assistência técnica composta por um agrônomo e um técnico agrícola. Mas, desta vez, foram feitos apenas os projetos de custeio e, logo a seguir, a equipe foi desfeita. Atualmente os trabalhadores estão recebendo assistência técnica prestada pelos técnicos da Secretaria de Agropecuária e Abastecimento¹⁵⁰, mas de forma bem precária.

Contudo, no que se refere à capacitação profissional, até o momento não foi administrado nenhum curso de capacitação no assentamento. Alguns assentados até receberam capacitação isoladamente, fazendo um curso de avicultura e floricultura na

¹⁵⁰ Entrevista cedida à autora em 10/10/2003.

Escola Agrotécnica de Uberlândia. Entretanto, no geral nunca foram realizados cursos de capacitação que se estendessem a todos ou à maioria dos trabalhadores.

Os créditos recebidos pelas famílias assentadas estão sendo provenientes de dois órgãos governamentais - Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e segundo dados do Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras, de 2002, elaborado pela secretaria municipal do MTL, a média de endividamento total por assentado junto ao Banco do Brasil é de R\$ 11.500,00 dividida entre custeio e investimento.

Os créditos são recebidos também do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), mas em diferentes valores. No caso do PROCERA, o valor da dívida por assentado foi de aproximadamente R\$ 2.500, 00, com um rebate de 70%, o que diminuiu a parcela para R\$ 750,00 a ser dividida em 15 parcelas anuais no valor de R\$ 50,00¹⁵¹. O PRONAF, por sua vez, propôs investimento estabelecendo parcelas anuais de R\$ 1.455, 79, com rebate de 40% , passando para R\$ 873,48¹⁵². Em dezembro de 2000 o PRONAF firmou um novo contrato para custeio estabelecendo o valor das parcelas anuais de R\$ 2.084, 00, com rebate de 40%, passando para R\$ 1.250,40. Entretanto, todas as dívidas dos assentados e de todos os pequenos produtores da Agricultura Familiar passaram por um processo de repactuação em que os investimentos foram todos estudados individualmente, aplicando-se novos índices de rebate e novos prazos.

O cultivo dos trabalhadores.

Os recursos recebidos são empregados na realização de variadas produções de subsistência pelos trabalhadores assentados. Divididos em três grupos principais, os sistemas produtivos do assentamento se diferenciam quanto ao tipo de atividades desenvolvidas. De acordo com o Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras, nos primeiros quatro anos de assentamento, o primeiro grupo, constituído por 42 famílias, cultivava mandioca, milho, arroz e feijão. Destas famílias, nove cultivam esporadicamente,

¹⁵¹ Contrato de outubro/1998. MOVIMENTO TERRA, TRABALHO E LIBERDADE – (MTL). *Plano de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária. Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras, Uberlândia.*

¹⁵² Contrato de fevereiro/2000. Idem.

não criam nada no lote e dependem de outras fontes de renda, trabalhando fora da propriedade. Com a produção voltada para a criação de gado de leite, que em sua maioria dá mais gastos do que leite, e os trabalhadores custam a mantê-los, o segundo grupo, de 31 famílias, depende predominantemente desta atividade, mantendo-se com uma média de 13 cabeças por família.

Mais ou menos 13, destas 31 famílias, dependem exclusivamente da produção de leite enquanto o restante possui algum cultivo de mandioca, milho ou arroz para subsistência. O terceiro e menor grupo, formado por 10 famílias, dedica-se ao cultivo de olerícolas: abóbora, quiabo, pepino, jiló, melancia, e sua renda agrícola depende primordialmente da olericultura. Em todas as produções, a organização básica fundamenta-se na Agricultura Familiar, trabalho apoiado somente na mão-de-obra dos membros da família.

A produção ocorre predominantemente na forma de subsistência, explorada de modo individual, em pequenas áreas – entre 0,5 e 6,0 hectares, com o plantio de arroz, milho, feijão, mandioca, realizado por poucas famílias, utilizando baixo nível tecnológico, com comercialização do excedente nas cidades vizinhas. Alguns assentados introduziram a fruticultura, com o cultivo de maracujá, banana, pêssego e figo, mas ainda é uma produção bem incipiente.

Por outro lado, no que se refere ao uso de insumos, a maioria dos assentados utiliza adubação química, mas sem recomendação e acompanhamento técnico, poucos corrigem os solos com calcário, a irrigação é praticada apenas pelos produtores de olerícolas, no entanto a maioria dos trabalhadores utiliza a mecanização para o cultivo do solo por meio de equipamentos próprios, alugados ou com a ajuda da patrulha da Secretaria de Agropecuária do município.

A criação de gado no assentamento é voltada para a produção de leite, mas com rebanhos de baixo padrão genético, com produtividade média de 4,8 litros de leite por vaca e com uma variação de 2 a 9 litros por animal¹⁵³. Com relação à produtividade, contudo, há

¹⁵³ Contrato de outubro 1998. MOVIMENTO TERRA, TRABALHO E LIBERDADE – (MTL). *Plano de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária. Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras, Uberlândia*

poucas famílias que produzem algum excedente para a comercialização sendo que a maioria planta apenas para o consumo próprio, e muitas ainda nada plantam. Mas todas as famílias que plantam têm problemas com a produtividade.

Os principais problemas encontrados pelos trabalhadores são a falta de recursos e acompanhamento técnico. Esta situação faz com que muitas famílias não consigam mesmo plantar completamente nada, tendo que viver de renda conseguida fora do assentamento. Segundo Célia Umberline, o principal problema que faz com que muitas famílias não consigam plantar nada encontra-se na falta de recursos:

Mais se pensa, a pessoa fica um ano e meio aqui acampada, os que tinha alguma coisinha na cidade foi vendendo e comendo naquela época, e depois começou a comê e, o que já num tinha mais, quando pegô o primeiro crédito depois de, o povo já tava tudo devendo. Aí até sai o outro, sem cê produzi nada na terra, também já tava devendo tudo outra vez, ou então chegava um filho não tinha um chinelo pra calçá, o outro também não tinha uma roupa pra vestir né, então parte dos crédito foi gastado é com comida mesmo, o povo queria era cumê, ia pegá..., ia morrê de fome?, num ia, uns já tava devendo quase a metade, otros já tava devendo mais da metade e povo em cima cobrando e brigando né? Aí eles fala assim a gente num (inaudível), nós, até hoje a gente reconhece assim, que ele (o governo) num precisava dá dinheiro pra ninguém, mais se ele colocasse a pessoa na terra e, corrigisse a terra e falasse tá aqui a semente, vocês vão plantá e colhê, era bem melhor do que ele pô ai onze mil e quinhentos reais na mão do povo na hora errada, numa terra dessa aqui sem corrigi¹⁵⁴.

A falta de recursos e de um plano efetivo, por sua vez, põe de lado o sonho de plantar de muitas das famílias de trabalhadores, levando em consideração que a própria renda das famílias é muito baixa. De acordo com pesquisa de amostragem realizada pelo Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras, a renda apurada entre os assentados varia de R\$ 150,00 a R\$ 300,00, com uma média de R\$ 234,00. Apesar de tudo, muitas pessoas não conseguem montar a sua estrutura produtiva na agropecuária de forma a sustentar seus familiares, sendo necessário trabalhos extra propriedade nos quais os trabalhadores ocupam cargos como diarista e pedreiro para manter sua subsistência.

Em torno de 31 famílias que produzem, também têm algum tipo de atividade complementar às atividades agrícolas, incluindo aposentadorias. Assim, a acumulação de

¹⁵⁴ Entrevista cedida à autora em agosto de 2003.

renda das famílias é variável, apenas sete famílias apresentam uma maior acumulação de renda, já que a maioria acumula de forma muito lenta ou se encontra estagnada.

A comercialização da produção do assentamento.

A comercialização da produção no assentamento se dá de forma reduzida. Predomina o comércio informal, em que alguns produtores de queijo, requeijão, doce, pamonha e mandioca ofertam seus produtos no local, em Uberlândia e Ribeirão Preto. O comércio é feito de forma individual, em pequenos armazéns e na Central de Abastecimento de Minas Gerais (CEASA), de Uberlândia. Em maio de 2002 foi criada, e registrada na Junta Comercial, a Cooperativa de Produção, Industrialização e Comercialização dos Produtores Assentados na Fazenda Rio das Pedras (COARPE)¹⁵⁵, tendo como presidente o Sr. Lauro Joaquim de Moraes.

Mas, apesar de formalmente constituída, a cooperativa ainda não está efetivamente atuando, o que força os assentados fazerem suas compras individualmente em Uberlândia, para se manterem, algo muito trabalhoso e dispendioso para os trabalhadores.

O grau de escolaridade dos assentados é variado, a maioria dos trabalhadores adultos não concluiu a 4ª série do 1º grau, sendo que alguns concluíram a 8ª série e há também um número reduzido de analfabeto. O motivo para a não conclusão dos estudos é justificado pela necessidade de trabalhar para ajudar a família.

Os assentados matriculam seus filhos na escola municipal da Fundação Educacional Rural de Uberlândia (FERUBE), distante um quilômetro da sede do assentamento e também nas escolas estaduais das cidades vizinhas. O transporte para os alunos da FERUBE é concedido pelo poder público municipal. Para os adultos, no entanto, não há nenhum tipo de curso. Poucas famílias dispõem de Bolsa Escola Federal, uma espécie de ajuda de R\$ 15,00 mensais por criança no ensino básico.

O atendimento médico-hospitalar, por sua vez, tem que ser feito em Postos de Saúde do perímetro urbano, como as Unidades de Atendimento Integrado (UAIs) e o Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia (HCU), ambos quase sempre

¹⁵⁵ Op cit.

lotados. Ainda são utilizadas ervas medicinais cultivadas pelos trabalhadores no próprio assentamento.

Os principais problemas enfrentados pelos trabalhadores.

Os trabalhadores sofrem muito de gripes, resfriados, alergias e coceiras. Existem casos de alcoolismo que necessitam de tratamento médico. Também há ocorrência de doenças mais graves, como câncer de pele, pressão alta, diabetes, e problemas cardíacos, que requerem cuidados especiais. Não há, contudo, orientação sobre prevenção e tratamento dessas doenças, com exceção de alguns projetos educativos desenvolvidos pela Universidade Federal de Uberlândia junto aos assentados. Conforme José Gilberto dos Santos, morador do assentamento os trabalhadores “são muito solidários uns com os outros, sempre que algum tá com problemas, todos quê sabê o que é e ajudá”¹⁵⁶, o que demonstra o espírito de fraternidade presente entre os trabalhadores, muito importante neste e em outros momentos vivenciados pelos assentados.

No tocante ao saneamento básico, a maioria das famílias sofre com problemas ligados à qualidade da água para o consumo doméstico, como pôde ser constatado nas entrevistas, pois a maior parte dos trabalhadores tem que captar água diretamente dos córregos, quase sempre contaminados por esgotos ou mesmo agrotóxicos.

E não há nenhum tratamento da água para o consumo, as famílias tiram ainda a água de cisternas, regos e 20 famílias são beneficiadas por três poços artesianos. Mas há também lotes que nem mesmo possuem água, seus moradores têm que fazer longas caminhadas para conseguir levar um pouco para a casa. Assim, um dos maiores problemas para os assentados tem sido justamente a precariedade do acesso à água.

Do mesmo modo, o manejo do lixo não é uma prática em nenhuma propriedade. Não há separação dos diferentes tipos de lixos, assim como não há caminhão para recolher. Os moradores queimam o lixo produzido, alguns depositam em buracos e erosões e outros jogam mesmo de forma indiscriminada.

¹⁵⁶ Entrevista cedida à autora em fevereiro de 2004.

Trabalhando em condições muito precárias, os assentados não utilizam nenhum tipo de prevenção para a segurança do trabalho. Aplicam inseticidas nas plantações sem nenhuma proteção ao realizar esta atividade. Alguns trabalhadores foram até mesmo intoxicados pela inalação de produtos químicos.

Depois de dias inteiros realizando trabalho pesado no assentamento ou nas cidades vizinhas, seus finais de semanas são preenchidos através de lazer como: Futebol, baralho, malha e dominó. Existem muitos campos de futebol improvisados no assentamento, e ainda está sendo construído um campo oficial na sede. As únicas diversões para as mulheres são mesmo as visitas, uma prática que permite, ao menos, sair da rotina. Conforme Célia Umberline, sua vida não mudou muito ao ir morar no assentamento. Para ela, na cidade, ao menos, se tem um certo conforto, e mesmo com as dificuldades encontradas, ela consegue adquirir aquilo que considera importante e tem vontade de possuir. Quando questionada a respeito da vida no assentamento, comparada à vida na cidade, se a sua situação antes era melhor, ela responde:

É claro! Eu sempre falo aqui pro meu marido, falo se eu num tivesse aqui eu tava com meus móveis tudo novinho né, porque troca um hoje, troca outro amanhã né? Agora aqui acaba tudo, sabe o que que é acabá tudo? Falei num tem cama, eu num tenho guarda-roupa, eu num tenho cama que presta, aí essa mesa, é só esse armário velho e esse fogão velho, é tudo que eu tenho, mais nada, que as coisas vai acabando cê num tem condição de comprá outra. Que na cidade cê trabalha pelo menos à prestação cê compra né? E aqui nem à prestação, como é que eu vou comprá um treco à prestação se eu num tenho renda pra no final do mês eu pagá a prestação? Vai acabando de uma certa forma que cê vai ficando tão pobre, mais tão pobre que num tem condição. Se nós já era pobre, agora nós ficou muito mais miserável do que antes¹³⁷.

Apesar das dificuldades encontradas na cidade, como o desemprego, a falta de oportunidade, Célia Umberline revela que sua vida no meio urbano era bem melhor do que agora, como assentada. E sua ida para o campo, com o objetivo de melhorar sua situação econômica, não lhe trouxe os resultados que desejava.

Entretanto, percebe-se que até mesmo nos momentos de lazer, os símbolos do Movimento estão fazendo parte do cotidiano dos trabalhadores. Em seus jogos realizados, as cores da bandeira do Movimento são utilizadas, como uma forma de ser interiorizada

¹³⁷ Entrevista cedida à autora em agosto de 2003.

não apenas pelos trabalhadores, mas pelos visitantes que vão ao assentamento, sejam eles compradores interessados em lotes, pesquisadores, viajantes e ainda os curiosos de plantão. É uma forma de fundamentar, nos imaginários sociais, os símbolos e os ideais do Movimento.

Durante as lides diárias, as representações simbólicas também permanecem, tanto no ato de astear a bandeira, neste caso em dias específicos como nas comemorações de aniversário do assentamento, como também, e sobretudo, nos momentos de dificuldades enfrentados pelos trabalhadores. Por outro lado, os laços de solidariedade foram também marcantes desde os primeiros momentos de acampamento, passando pela fase de assentamento e permanecendo ainda hoje entre os trabalhadores. Muitos assentados afirmam terem conseguido o pouco que possuem por meio da ajuda de outros trabalhadores.

Quanto à Previdência Social, existem 15 pessoas que se aposentaram por idade ou tempo de serviço e uma por invalidez¹⁵⁸. Esta renda, ainda que pequena, ajuda na manutenção das famílias, já que muitas delas não possuem renda por meio do lote, mas através de trabalhos informais dentro ou fora do assentamento.

Os assentados moram em casas de alvenaria (80%), além de barracos de lona (10%) e em casas construídas com placas de muro (10%). Até dezembro de 2003, não contavam com energia elétrica, fazendo uso de velas, lamparinas, lampiões e poucos têm geradores próprios. Contudo, a rede de energia estava próxima, mas existiam apenas três pontos de energia monofásica¹⁵⁹ na sede. E somente em janeiro de 2004, porém, é que a energia chegou ao assentamento, praticamente sete anos após a chegada dos trabalhadores, momento em que a maioria já vendeu¹⁶⁰ seu lote e retornou à cidade.

¹⁵⁸ Contrato de outubro/1998. MOVIMENTO TERRA, TRABALHO E LIBERDADE – (MTL). *Plano de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária. Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras, Uberlândia*. E ainda conforme entrevistas e conversas informais com os assentados.

¹⁵⁹ Energia com uma fase positiva e uma negativa, diferente da bifásica, em que há duas fases positivas e uma negativa.

¹⁶⁰ Segundo Juarez de Souza, atual presidente do assentamento, das oitenta e sete famílias que foram assentadas, quarenta já venderam seus lotes e retornaram para as cidades de origem porque não conseguiram se manter no campo, do cultivo da terra, como foi esclarecido anteriormente. Entrevista concedida em fevereiro de 2004.

As estradas disponíveis não estão encascalhadas e comprometem a circulação de pessoas e produtos, principalmente nos períodos de chuvas. Isso também força uma mudança na rotina dos alunos, que têm de deixar as vans ou ônibus para terminarem o trajeto até a escola a pé ou, simplesmente, acabam por não assistir as aulas do dia.

Neste sentido, os assentados, em sua maioria, têm passado por sérias dificuldades de sobrevivência desde o acampamento. Vivendo em condições extremamente precárias no período de acampamento, as famílias não sentiram uma mudança substantiva que alterasse suas condições de vida. Mesmo após a ocupação da terra, a carência, que já existia antes do acampamento permanece com o mesmo, e se mantém também na fase do assentamento sendo, portanto, uma presença constante na vida das famílias do Assentamento Rio das Pedras.

Os recursos demoram a chegar e quando chegam são insuficientes, levando em consideração o fato de que os trabalhadores não recebem, simultaneamente, orientações de como trabalhar a terra de maneira segura e produtiva. A perspectiva de melhores condições de vida dentro do ramo de produção de cada família é bem limitada já que desde o início os trabalhadores não possuíam o saber técnico necessário a qualquer cultivo que eles se propusessem a realizar na terra recebida.

Seus filhos, pelas dificuldades com que os pais levam a vida, acabam, em grande parte, deixando a escola para ajudar no sustento da família e, na maioria das vezes, se tornam serventes de pedreiro ou empregados em comércios das cidades vizinhas. O sonho de cultivar a terra possui seus entraves na carência de conhecimentos específicos necessários e de recursos para nela serem empregados.

Deste modo, ao ser questionada acerca do modo como a reforma agrária está sendo conduzida no Brasil, Célia Uberline ressaltou:

É difícil, é muito difícil, eu falo, eu num concordo muito com essa história de reforma agrária dessa forma aí. Isso é fazê favela rural, isso é só pra tirá os pobre da cidade pra num ficá lá enfeando a cidade com barraco e mete eles na roça. Porque aqui fica escondido né? aqui num vai envergonhá os prefeito né, os governadores, ninguém vê uai, vê o que né? Então fazê favela rural pra eles é

*muito conveniente, tira o pobre da cidade e enfia o desgraçado lá na roça e eles que se lasque pra lá, se morrê de fome morreu, ninguém num tá vendo*¹⁶¹.

De fato, o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade, ao organizar as famílias de trabalhadores em torno do ideal de ocupar terras improdutivas, demonstra aí seu sentido social e político e, muitas vezes, consegue atingir seu objetivo de adquirir terras para muitas famílias plantarem e constituírem uma nova realidade, ainda que não muito diferente da anterior. Contudo, os próprios ideais do Movimento não coincidem com a realidade específica do assentamento em questão. Absolutamente contrário aos valores capitalistas, sobretudo à propriedade privada da terra, o MTL defende uma sociedade socialista.

Paradoxalmente, o que pode ser observado no Assentamento Rio das Pedras é que as relações de trabalho se dão de forma predominantemente *individual*, os lotes são propriedades privadas, não havendo, de forma predominante, o trabalho coletivo. De acordo com o Manifesto do Movimento, escrito em 2002, por ocasião de um encontro entre lideranças de diferentes instâncias, os princípios de justiça, liberdade, igualdade e fraternidade, só podem ser exercidos na sociedade considerando os seguintes caminhos possíveis:

*Combater a deificação da propriedade, sobretudo da terra, combater o domínio político e econômico, buscar o controle dos meios de comunicação midiáticos, formadores de conceitos e valores numa sociedade de massa e garantir ao povo a elevação do seu padrão educacional e cultural*¹⁶².

Como podemos ver, os ideais do MTL estão muito distantes da realidade concreta, principalmente da realidade que o próprio Movimento ajudou a construir. Não há necessidade de grande análise para se perceber que falta no Assentamento Rio das Pedras, além de outras necessidades básicas, uma quantidade maior de recursos e de assistência técnica para serem investidos e um plano concreto de ação, ou seja, justamente aquilo que o capitalismo tem a oferecer e que pode possibilitar uma produção com menores riscos de perda, além de maior produtividade.

¹⁶¹ Entrevista cedida à autora em agosto de 2003.

¹⁶² MOVIMENTO TERRA, TRABALHO E LIBERDADE. *MANIFESTO 2000*, p. 5.

As famílias necessitam de informações acerca do modo de trabalhar a terra dentro do sistema em que estão inseridas, mas por meio de um plano passível de ser concretizado e de acordo com as necessidades fundamentais dos trabalhadores assentados.

Contradições no âmbito do Movimento.

Comparando as práticas de trabalho e de vivências no assentamento com os princípios do Movimento, notamos que são muito divergentes. Se por um lado, os valores capitalistas são negados pelo MTL que persegue o “objetivo de viver a construção socialista em cada dia, em dualidade global e permanente com a ordem, porém em contradição com as relações sociais, com a moral e com os valores da sociedade capitalista”¹⁶³. Por outro, entre os assentados os valores de propriedade privada e de individualidade, tanto nas relações sociais quanto nas relações de trabalho, são predominantes.

Neste sentido, há dificuldades para as lideranças do Movimento compreenderem as necessidades essenciais dos trabalhadores, surgidas após o assentamento, já que elas fazem parte de toda uma realidade de um sistema econômico que o próprio MTL nega. Até mesmo o campo está se utilizando, há muito, de produtos criados pelo sistema capitalista, na medida em que faz, cada vez mais, uso de adubos, inseticidas, máquinas, cultivo mais intensivo da terra, maior utilização de trabalho assalariado, tornando a produção mais intensiva.

Deste modo, as próprias transformações no modo de produzir possuem seus desdobramentos no trabalho rural, quando são introduzidas novas técnicas para auxiliar no manejo da terra, de forma a aumentar a produção e o lucro do pequeno agricultor. E “esta industrialização da agricultura é exatamente o que se chama de penetração ou desenvolvimento do capitalismo no campo”¹⁶⁴. Porém, ocorre que os trabalhadores, que são quem realmente faz o Movimento acontecer, acabam sendo os menos beneficiados, pois a conquista da terra quase sempre não significa a segurança de uma vida mais justa e digna.

¹⁶³ Idem, p. 5.

¹⁶⁴ SILVA, José Graziano da. *O que é Questão Agrária?*. São Paulo, Brasiliense, 1980. p. 14.

com a qual eles sonham e pela qual tanto se esforçam para atingir. De acordo com Célia Umberline, o assentamento não lhe trouxe grandes melhorias de vida e afirma:

Quando a gente tava na cidade sempre falo, meu marido gosta demais da terra e tal, mais falá assim no financeiro num melhorô não, que na cidade eu trabalhava, ele trabalhava, os nossos filho trabalhava né, quando cê tá empregada é uma bênção né? Agora quando fica desempregado aí às vezes a gente fica, fica mais difícil, mais a diferença pra mim não é muito não, que a gente não consegue produzi também não, não consegue produzi e às vezes aqui a gente passa muita dificuldade... mais aí também como diz o outro, não é culpa do Movimento, a culpa é do governo mesmo¹⁶⁵.

Para Célia, o assentamento não forneceu uma vida melhor à sua família, sua situação financeira não mudou mas, de outro modo, se estivesse na cidade, empregada, poderia realizar com mais facilidade o sonho do conforto e segurança que tanto espera como resultados do trabalho. Assim, se a nova realidade, enquanto assentados, não consegue levar melhorias de vida às pessoas, então não faz muito sentido trazê-las para morar no campo. E ainda ocorre que, dos vinte trabalhadores entrevistados¹⁶⁶, apenas sete consideram que suas condições de vida estão melhores no assentamento.

Conversando com o senhor Lauro Joaquim de Moraes, morador e tesoureiro do assentamento, ele afirmou que os trabalhadores vão para o campo com a esperança de mudar de vida, sendo que, para isso, contam ou pelo menos esperam, uma atitude segura por parte do Estado, uma atitude de ajuda, mas uma ajuda bem planejada e voltada para as características da realidade do assentamento e das necessidades fundamentais dos trabalhadores.

Com o passar dos anos, porém, aqueles trabalhadores perceberam que teriam que contar mais com a ajuda uns dos outros, nas pequenas realizações do dia-a-dia, seja no ato de ajudar a construir um barraco, iniciar uma casa, socorrer um enfermo ou mesmo ao reivindicar melhorias para o assentamento aos órgãos governamentais, ainda que esta quase sempre não vem, do que esperar por qualquer outra espécie de ajuda por parte do governo ou mesmo do Movimento, o qual também possui seu limite de atuação.

¹⁶⁵ Entrevista cedida à autora em agosto de 2003.

¹⁶⁶ Ao final do trabalho há uma lista constando o nome e os dados pessoais dos trabalhadores entrevistados.

Conforme as entrevistas aos trabalhadores, estes sujeitos sociais afirmam se sentir abandonados pelo Estado que, mesmo no começo de todo o processo, durante o acampamento e ainda na fase de assentamento, não possuía um plano coerente com as necessidades do grupo assentado.

Segundo o senhor Lauro Joaquim de Moraes, ele próprio já tentou várias vezes, nas reuniões realizadas, motivar uma identidade política mais forte, e também mais independente das ações do Estado entre os assentados, mas uma identidade fundamentada, sobretudo, no trabalho coletivo, porém, segundo ele, os interesses entre os trabalhadores são muito variados e a força política não se configura em suas manifestações e imaginários sociais com a mesma intensidade entre todos.

Entretanto, um assentamento de reforma agrária não pode conceber a aquisição da terra como o elemento mais importante para que uma nova realidade, baseada na melhoria de vida dos trabalhadores, possa ser afirmada. A posse da terra consiste, na verdade, no primeiro passo em direção à realização da reforma agrária, que deve vir acompanhada de medidas estruturais mediante ações do governo para esse fim, bem como um plano flexível e adequado ao assentamento a que se destina. Nestes termos, claro está que:

(...) só com a conquista de um pedaço de terra, não existe reforma agrária. Novas conquistas precisam ser feitas para que ela seja efetivada, relacionadas (...), à garantia de uma política agrícola adequada aos trabalhadores, à saúde, educação, lazer, etc; necessidades que eles devem ter supridas no assentamento, para garantir a continuidade das famílias no campo e que esta se dê com dignidade⁶⁷.

Mas, o símbolo da dependência dos trabalhadores em relação às ações do Estado e ainda em relação ao próprio Movimento, impregnado senão em quase todas as manifestações e opiniões dos trabalhadores, pelo menos na grande maioria analisada, através dos relatos orais, se torna um impasse ao crescimento econômico de grande parte dos trabalhadores.

Alguns, já possuindo consciência de uma certa independência ao realizar seu trabalho com a terra, na lida diária, da qual tinham inclusive certa experiência, conseguem

⁶⁷ MARKUS, Maria Elza. *Trabalhadores Sem Terra: Somo nós que é o Movimento*. Doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. (PUC-SP), 2002. p. 238.

plantar e viver com mais dignidade no campo do que na cidade, de onde saíram, fato que, infelizmente, não ocorreu com a maioria dos trabalhadores, que retornou para as cidades.

Deste modo, o fato é que a grande maioria dos trabalhadores do assentamento Rio das Pedras, embora com o sonho e a perspectiva de viver do trabalho na terra, espera uma atitude do Estado ou mesmo do Movimento, a qual, por sua vez, têm consciência de que dificilmente virá, e assim vão vivendo conforme a sorte permitir, sem muitas ambições, sem acreditar em sua própria força de transformar a própria vida, ainda que com os escassos recursos, o que outros, já conseguem fazer.

O Movimento, por sua vez, consegue se afirmar a cada ocupação, a cada assentamento. Claro está, porém, que uma idéia que se propõe a trazer melhores condições de vida para um conjunto de pessoas e a dividir imensidões de terras em poder de poucos - ideais de todos os movimentos de reforma agrária-, evidentemente não é uma idéia ruim. Contudo, na prática, esses objetivos ocorrem de uma forma bastante conflituosa e, por vezes, contraditória, não sendo raro ter como consequência a desilusão de muitos trabalhadores.

Talvez é chegado o momento de se repensar e reorganizar tanto os ideais do Movimento com relação ao sistema capitalista e às necessidades mais elementares dos trabalhadores, quanto o atual modelo de 'Reforma Agrária' que está sendo colocado em prática no Brasil.

Portanto, há algo que realmente se apresenta de forma constante na história da humanidade - os acontecimentos, a história, possui sua velocidade própria. A realidade muda depois da nossa mudança de consciência, dos nossos pensamentos, das nossas idéias e posições diante das circunstâncias. Talvez o Movimento esteja pressionando o governo a uma mudança para a qual o país, a consciência dos homens, ainda não está preparada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo o conhecimento da humanidade, seja qual for no tempo o seu ponto de aplicação, extrairá dos testemunhos de outrem (orais, escritos), uma grande parte de sua substância.

Marc Bloch.

A questão agrária no Brasil não pode ser discutida sem levar em consideração as características da política e da economia que vigoram no país, pois elas se inserem em um jogo de forças e interesses os mais variados possíveis, manifestados tanto pelos representantes políticos, e deste modo pelas forças das idéias ou representações simbólicas que estes ajudam a consolidar na realidade concreta, como pelos representantes da concentração de terras no país.

As estratégias realizadas pelos trabalhadores junto aos Movimentos de reivindicação de terra, em última instância, possuem seus entraves na própria Legislação brasileira, que não dá margens à realização de uma reforma profunda na estrutura agrária do país, a qual por sua vez, continua intocada.

Deste modo, quando foi criada em 1985, em um contexto histórico adverso, no qual as manifestações de setores expressivos da sociedade imperavam no cenário social, a proposta para a elaboração do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) da Nova República estabeleceu como meta assentar 1,4 milhões de famílias. E o que era para configurar como uma proposta, acabou permanecendo como o primeiro PNRA da Nova República. O Plano, assinado pelo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em vigor, tem como fundamento básico o Estatuto da Terra de 1964 e a Constituição Federal de 1988, abarcando todas as diretrizes contidas nestas leis.

Este plano, porém, não realizou a reforma agrária no país, e os assentamentos que foram criados de lá para cá fazem parte, fundamentalmente, dos resultados proporcionados pelas pressões dos trabalhadores sem terra, através das ocupações de terras latifundiárias,

sobre o Estado, que não encontrou outra saída para a solução do problema que não fosse baseada nas desapropriações de terras latifundiárias e improdutivas.

Enquanto isso, o preço por esta pretensa 'reforma agrária' feita pelo Estado, a qual constitui mais uma medida paliativa do governo diante da concentração de terra no Brasil e das pressões dos trabalhadores, do que uma reforma na estrutura fundiária, que permanece intacta, em última instância, é pago por toda a sociedade.

Acima de tudo, o movimento dos trabalhadores em constante reivindicação de terra, *não é homogêneo*, o que torna difícil saber quais são os trabalhadores que realmente querem mudar de vida, por meio do cultivo da terra e da adoção e fundamentação de uma nova cultura, de um novo estilo de vida, constituído através das novas relações de trabalho no campo e os que assim não o desejam. Ademais, para certos sujeitos inseridos nos movimentos nacionais pela terra, o Movimento é encarado mais como um meio que os permitem fugir das cobranças da sociedade do trabalho, a qual espera uma atitude de todos os sujeitos diante da vida, por meio do labor e do crescimento pessoal, do que como um caminho, quem sabe possível, de mudar suas condições de vida para melhor.

Aos que possuem forte e interiorizado o desejo de cultivar a terra e dela tirar o sustento de suas famílias, resta um caminho difícil de ser percorrido e no qual as ocupações e promessas de mudanças de vida encontram seus limites no descaso do Estado, que não possui um Plano de Assentamento bem formulado e adequado às necessidades específicas de cada assentamento e no despreparo dos trabalhadores diante da realidade de trabalho no campo e da dependência de forças externas a eles que, muitos, trazem consigo. Apesar de tudo, há os que acreditam em sua força interior e dão conta de superar estes desafios, conseguindo se instalar e se manter no campo, por meio ainda de ajuda mútua, de solidariedade e companheirismos consolidados ao longo das relações sociais no âmbito do assentamento. E todos estes fatos, por sua vez, denotam claramente a natureza contraditória da realidade no interior do assentamento Rio das Pedras.

Infelizmente, o latifúndio, no Brasil, permanece em nossos dias com toda a sua força, e milhares de sujeitos sociais são profundamente prejudicados por este desequilíbrio relacionado à posse da terra, o que afeta demasiadamente a sua vida concreta e,

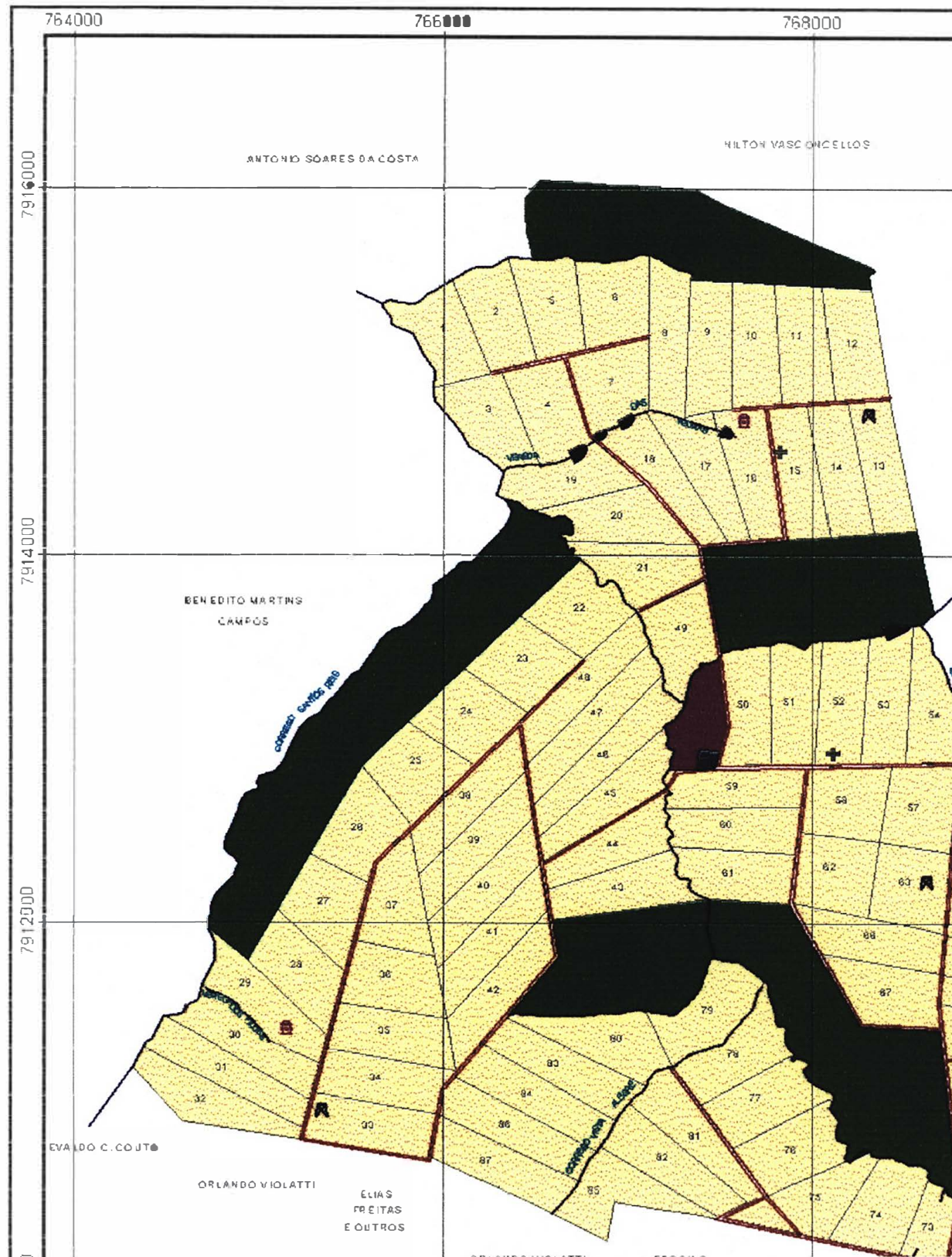
conseqüentemente, a vida em sociedade. Este, porém, constitui o legado deixado por uma colonização gananciosa e mal planejada, e na qual poucos foram beneficiados. Contudo, analisarmos o *passado* e resumirmos nossas sensações exclusivamente a sentimentos de frustração e derrota, significa não levar em consideração o nosso *momento presente*, tempo no qual, unicamente, podemos projetar o *futuro*. O futuro? Está acontecendo.

De modo particular, apesar de estar ciente dos limites alçados, com um texto constituído de passagens ora bem descritivas, mas em várias outras também analíticas, este trabalho propõe pensarmos a realidade da forma como ela efetivamente se apresenta, analisar, sem nenhum preconceito, tanto as idéias, a imaginação, os sonhos, os interesses, as aspirações, bem como as falas e as ações dos vários e distintos sujeitos históricos envolvidos no processo de investigação.

Espera, deste modo, contribuir para que outras pessoas conheçam um pouco de uma das realidades implantadas pela ação dos trabalhadores sem terra junto ao Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL), no Brasil, especificamente em Uberlândia. Uma realidade implementada através de esperanças, sonhos, conflitos, contradições, avanços e recuos, mas ao mesmo tempo por atos de solidariedade e de humanismo os quais nortearam as ações dos trabalhadores em conjunto, tendo em vista um objetivo comum.

Pessoalmente, confesso que a experiência desta pesquisa me permitiu pôr em prática o aprendizado obtido ao longo da graduação, de modo não apenas a me possibilitar conhecer melhor meus pressupostos teóricos e metodológicos, e os meus objetivos em relação ao objeto estudado, mas também consolidá-los, o que foi muito motivador. Aprendi que o futuro, muito provavelmente, agradecerá toda forma de conhecimento e que, ao mesmo tempo em que temos o direito de discordar de certas idéias, convicções ou mesmo posições contrárias às nossas, também temos o dever de respeitá-las. Por último, a partir das minhas experiências, acadêmicas ou não, tive a clara certeza de que ainda tenho muito a aprender, e de que a vida é uma fascinante e eterna escola, em todos os seus aspectos. E ao final desta primeira etapa da minha formação, enquanto estudante da ciência histórica, me certifiquei de que a educação pode não resolver todos os problemas que enfrentamos, mas contribui fundamentalmente, abrindo caminhos, para uma visão mais clara da nossa própria existência.

P. A. RIO DAS PEDRAS ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL AT



FONTES ORAIS – ENTREVISTAS

ENTREVISTAS REALIZADAS NO ASSENTAMENTO RIO DAS PEDRAS ENTRE AGOSTO DE 2002 E FEVEREIRO DE 2004

Nome: Davi Agenor dos Santos.
Nascimento: 29/03/1946.
Naturalidade: Vazante, MG.
Estado Civil: Casado.
Escolaridade: 4ª Série.
Profissão: Agricultor – Trabalhador Assentado.
Endereço: Assentamento Rio das Pedras.
Entrevista Gravada.

Nome: Geraldina Ferreira da Silva.
Nascimento: 04/09/1957.
Naturalidade: Vazante, MG.
Estado Civil: Casada.
Escolaridade: 4ª Série.
Profissão: Dona de casa - Trabalhadora Assentada.
Endereço: Assentamento Rio das Pedras.
Entrevista Gravada.

Nome: Célia Umberlini.
Nascimento: 17/09/1956.
Naturalidade: São Paulo, SP.
Estado Civil: Casada.
Escolaridade: 4ª Série.
Profissão: Dona de casa - Trabalhadora Assentada.
Endereço: Assentamento Rio das Pedras.
Entrevista Gravada.

Nome: Iraci Pedro dos Santos.
Nascimento: 26/07/1941.
Naturalidade: Oliveira, MG.
Estado Civil: Solteiro.
Escolaridade: 4ª Série.
Profissão: Agricultor - Trabalhador Assentado.
Endereço: Assentamento Rio das Pedras.
Entrevista Gravada.

Nome: Juariez de Souza.
Nascimento: 01/09/1956.
Naturalidade: Capinópolis, MG.
Estado Civil: Casado.
Escolaridade: 1º Grau completo.
Profissão: Agricultor - Trabalhador Assentado / Presidente do Assentamento.

Endereço: Assentamento Rio das Pedras.

Entrevista não gravada.

Nome: Gilvani Vinhais Santos.

Nascimento: 03/05/1972.

Naturalidade: Prata – MG.

Estado Civil: Casado.

Escolaridade: 1º Grau completo.

Profissão: Agricultor – Trabalhador Assentado.

Endereço: Assentamento Rio das Pedras.

Entrevista não gravada.

Nome: José Gilberto dos Santos.

Nascimento: 16/06/1969.

Naturalidade: Campina Verde – MG.

Estado Civil: Solteiro.

Escolaridade: Analfabeto.

Profissão: Agricultor – Trabalhador Assentado.

Endereço: Assentamento Rio das Pedras / Vice-presidente do assentamento.

Entrevista não gravada.

Nome: Carmelindo de Oliveira.

Nascimento: 01/11/1972.

Naturalidade: Fernandópolis – SP.

Estado Civil: Amasiado.

Escolaridade: 5ª Série.

Profissão: Agricultor – Trabalhador Assentado.

Endereço: Assentamento Rio das Pedras.

Entrevista não gravada.

Nome: Neusa Mendes da Silva.

Nascimento: 11/09/1968.

Naturalidade: Prata – MG.

Estado Civil: Solteira.

Escolaridade: 3ª Série.

Profissão: Agricultora – Trabalhadora Assentada.

Endereço: Assentamento Rio das Pedras.

Entrevista não gravada.

Nome: Conceição Cordeiro Souza Santos.

Nascimento: 08/05/1965.

Naturalidade: Inhapim.

Estado Civil: Casada.

Escolaridade: 4ª Série.

Profissão: Do lar – Trabalhadora Assentada.

Endereço: Assentamento Rio das Pedras.

Entrevista não gravada.

Nome: Valdete Maria Alves de Freitas.
Nascimento: 31/01/1964.
Naturalidade: Prata, MG.
Estado Civil: Casada.
Escolaridade: 6ª Série.
Profissão: Do lar – Trabalhadora Assentada.
Endereço: Assentamento Rio das Pedras.
Entrevista não gravada.

Nome: Joaquinno Alves de Freitas.
Nascimento: 11/03/1949.
Naturalidade: Ituiutaba, MG.
Estado Civil: Casado.
Escolaridade: 3ª Série.
Profissão: Agricultor – Trabalhador Assentado.
Endereço: Assentamento Rio das Pedras.
Entrevista não gravada.
Nome: Edmar Miguel da Silva.
Nascimento: 06/10/1961.
Naturalidade: Estrela de Indaiá, MG.
Estado Civil: Casado.
Escolaridade: 4ª Série.
Profissão: Agricultor – Trabalhador Assentado.
Endereço: Assentamento Rio das Pedras.
Entrevista não gravada.

Nome: Maria das Graças Silva.
Nascimento: 04/02/1949.
Naturalidade: Dores.
Estado Civil: Casada.
Escolaridade: 4ª Série.
Profissão: Agricultora – Trabalhadora Assentada.
Endereço: Assentamento Rio das Pedras.
Entrevista não gravada.

Nome: Maria Lúcia Bernardes.
Nascimento: 30/04/1968.
Naturalidade: Quirinópolis.
Estado Civil: Casada.
Escolaridade: 3ª Série.
Profissão: Do lar – Trabalhadora Assentada.
Endereço: Assentamento Rio das Pedras.
Entrevista não gravada.

Nome: Lauro Joaquim de Moraes.
Nascimento: 21/04/1946.
Naturalidade: Iturama, MG.

Estado Civil: Amasiado.
Escolaridade: 4ª Série.
Profissão: Agricultor – Trabalhador Assentado / Tesoureiro do assentamento.
Endereço: Assentamento Rio das Pedras.
Entrevista não gravada.

Nome: Francisco Conrado D' Araújo.
Nascimento: 13/07/1935.
Naturalidade: Florana, RGN.
Estado Civil: Casado.
Escolaridade: Analfabeto.
Profissão: Agricultor – Trabalhador Assentado.
Endereço: Assentamento Rio das Pedras.
Entrevista não gravada.

Nome: Antônio Carlos Galo.
Nascimento: 10/06/1942.
Naturalidade: Ilhéus, BA.
Estado Civil: Casado.
Escolaridade: 4ª Série.
Profissão: Agricultor – Trabalhador Assentado.
Endereço: Assentamento Rio das Pedras.
Entrevista não gravada.

Nome: Lourdes Maria de Jesus.
Nascimento: 30/11/1931.
Naturalidade: Nova Ponte.
Estado Civil: Viúva.
Escolaridade: Analfabeta.
Profissão: Do lar – Trabalhadora Assentada.
Endereço: Assentamento Rio das Pedras.
Entrevista não gravada.

Nome: Uedis de Assis.
Nascimento: 06/05/1973.
Naturalidade: Grãomozol, MG.
Estado Civil: Solteiro.
Escolaridade: 4ª Série.
Profissão: Agricultor – Trabalhador Assentado.
Endereço: Assentamento Rio das Pedras.
Entrevista não gravada.

FONTES ESCRITAS

DOCUMENTOS ELABORADOS PELO MOVIMENTO – MTL

MOVIMENTO TERRA, TRABALHO E LIBERDADE. *MANIFESTO 2002*. Disponível na sede do Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL), à Rua Niterói, 1507, Uberlândia, MG, Brasil.

MOVIMENTO TERRA, TRABALHO E LIBERDADE. *Plano de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária. Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras, Uberlândia – MG*. Documento produzido pelo Movimento Terra, Trabalho e Liberdade, de 2002. Disponível na sede do Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL), à Rua Niterói, 1507, Uberlândia, MG, Brasil.

DOCUMENTOS OFICIAIS

Constituição da República Federativa do Brasil: Promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 1995.

Estatuto da Terra, Lei Federal de 30 de novembro de 1964. (Organização dos textos, notas remissivas e índices por Juarez de Oliveira.) 7 ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

JORNAIS PESQUISADOS

Correio – Ano 54, nº 17458, de 15/04/1997.

Folha de São Paulo – 29/03/2004. p. B1.

Jornal dos Trabalhadores Rurais – Ano XIV, n. 144, março 1995.

SITES PESQUISADOS

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA NACIONAL (CPTN) ON LINE. Disponível em: <<<http://www.cptnac.com.br>>>.

FOLHA DE SÃO PAULO ON LINE. Disponível em: <<<http://www.folha.uol.com.br>>>.

JURÍDICA ON LINE. Disponível em: <<<http://www.jol.com.br>>>.

JORNAL O GLOBO ON LINE. Disponível em: << www.oglobo.com.br/pais>>.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) ON LINE. Disponível em: <<<http://www.incra.gov.br>>>.

REVISTAS PESQUISADAS

Revista Conflitos no Campo: Brasil 2002. Comissão Pastoral da Terra Nacional, Brasil, Edições Loyola, 2003.

Revista Brasileira de História. São Paulo: Marco Zero / NAPUH, nº 19, 1990.

Revista Brasileira de História. São Paulo, nº 29, 1995.

Revista Projeto História. nº 15, 1997.

Revista Veja. Ano 33, nº 19, 2000.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

ALMEIDA, Antônio de. *Lutas. Organização Coletiva e Cotidiano: cultura e política dos trabalhadores no ABC Paulista 1930-1980*. Tese de doutorado em História Social apresentada a FFLCH/USP. São Paulo, 1996.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 5 ed., São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 1998.

BAVA JR., Augusto Caccia. *Introdução à Sociologia do Trabalho*. São Paulo: Ática, 1990.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: *Anthropos-Homem*, Enciclopédia Einaudi, vol. 5, Porto, Editora Einaudi-Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.

BLOCH, Marc. A Observação Histórica. *Introdução à História*. 4 ed. Lisboa, Europa-América, 1965.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BURKE, Peter. Abertura: A Nova História, seu passado e seu futuro. In: *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo, Universidade Estadual paulista, 1992, pp. 7-37.

CANUTO, Antônio. Entre a euforia e a realidade. *Revista Conflitos no Campo: Brasil 2002*. Comissão Pastoral da Terra Nacional, Brasil, Edições Loyola, 2003.

CARR, Edward Hallet. *Que é História?* 6 ed., Trad. Lúcia Maurício de Alverga, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

CHIAVENATO, Júlio José. *Violência no campo: O Latifúndio e a Reforma Agrária*. 6 ed. São Paulo: Moderna, 1998.

FEBVRE, Lucien. *História*. Coletânea. Carlos Guilherme Mota (Org.), São Paulo: Ática, 1978.

FONTANA, Josep. *História depois do fim da história*. Bauru-SP: EDUSC, 1998.

GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo*. 3 ed., Petrópolis: Vozes, 1991.

HOBBSBAWM, Eric. *Sobre História (Ensaio)*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

HUNT, Lynn. Apresentação: História, cultura e texto. In: *A Nova História Cultural*, São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LE GOFF, Jacques. A História do Quotidiano. In: DUBY, Georges. *História e Nova História*, Lisboa, Teorema, 1986.

MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos Meios às Mediações: Comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1987.

MARTINS, José de Sousa. *Os camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1981, pp. 21 – 102

MARTINEZ, Paulo. *Reforma Agrária: Questão de Terra ou de Gente?*. São Paulo: Moderna, 1987.

MARKUS, Maria Elza. *Trabalhadores Sem Terra: Somo nós que é o Movimento*. Doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, (PUC-SP), 2002.

PAIANO, Enor. *Tropicalismo: bananas ao vento no coração do Brasil*. São Paulo: Scipione, 1996.

PORTELLI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente*. Trad. Maria Therezinha Janine Ribeiro. São Paulo: CEDIC-PUC/SP, mimeo, 1995.

_____. Tentando Aprender Um Pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Revista Projeto História*. nº 15. São Paulo: Educ, 1997. pp. 19-25.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A Questão Agrária no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

REGO, Rubem Murilo L. *Terra de Violência: Estudo sobre a Luta pela Terra no Sudoeste do Paraná*, São Paulo, FFLCH/USP, 1979.

SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero / NAPUH, nº 19, p. 237, 1990.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 21 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, A. M. et al. *Guia para normalização de trabalhos tecno-científicos*. 2 ed. Uberlândia: EDUFU, 2003.

SILVA, José Graziano da. *Para Entender o Plano Nacional de Reforma Agrária*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

_____. *O que é Questão Agrária?* São Paulo, Brasiliense, 1980.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Vol. I. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Trad. Waltencir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *Senhores e Caçadores*. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VIEIRA, Maria do Pilar A., Et al. *A pesquisa em História*. São Paulo: Ática, 1989.

ZAVALA, Rodrigo. Livro explica como os anos 90 foram negativos para o trabalhador. FOLHA ON LINE. 21/02/02. Disponível em: www.folha.uol.com.br/folha. Acesso: 03/04/03.